

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

Dfs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	4
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	6
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	7
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	8
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020	10
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019	11
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018	12
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	13
----------------------------------	----

Relatório da Administração/comentário do Desempenho	15
---	----

Notas Explicativas	36
--------------------	----

Pareceres E Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	74
--	----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	77
---	----

Declaração Dos Diretores Sobre as Demonstrações Financeiras	78
---	----

Declaração Dos Diretores Sobre O Relatório do Auditor Independente	79
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2020
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	1.275.560.876
Preferenciais	0
Total	1.275.560.876
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dfs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2020	Penúltimo Exercício 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 31/12/2018
1	Ativo Total	3.482.179	3.170.948	2.863.113
1.01	Ativo Circulante	47.656	39.204	40.363
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	10.962	7.344	13.394
1.01.02	Aplicações Financeiras	6.307	6.928	5.590
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	6.307	6.928	5.590
1.01.02.01.03	Aplicações Financeiras	6.307	6.928	5.590
1.01.03	Contas a Receber	24.033	16.146	14.232
1.01.03.01	Clientes	23.044	16.144	14.232
1.01.03.01.01	Contas a Receber	23.044	16.144	14.232
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	989	2	0
1.01.03.02.01	Contas a Receber e Outros Recebíveis - Partes Relacionadas	989	2	0
1.01.06	Tributos a Recuperar	3.645	5.435	3.961
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	3.645	5.435	3.961
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.589	2.309	1.928
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.120	1.042	1.258
1.01.08.03	Outros	1.120	1.042	1.258
1.01.08.03.01	Outros Créditos	1.120	1.042	1.258
1.02	Ativo Não Circulante	3.434.523	3.131.744	2.822.750
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	200.363	190.766	146.289
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	31.212	28.742	28.822
1.02.01.01.01	Títulos Designados a Valor Justo	31.212	28.742	28.822
1.02.01.07	Tributos Diferidos	103.717	91.862	63.421
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	103.717	91.862	63.421
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	3.330	4.399	3.760
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	62.104	65.763	50.286
1.02.01.10.03	Depósitos Judiciais	61.744	65.580	49.419
1.02.01.10.04	Outras Contas a Receber	360	183	225
1.02.01.10.05	Diferido	0	0	642
1.02.03	Imobilizado	30.316	26.415	2.060

Dfs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2020	Penúltimo Exercício 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 31/12/2018
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	9.694	3.476	2.060
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	20.622	22.939	0
1.02.03.02.01	Direito de Uso em Arrendamento (CPC 06 (R2))	20.622	22.939	0
1.02.04	Intangível	3.203.844	2.914.563	2.674.401
1.02.04.01	Intangíveis	3.203.844	2.914.563	2.674.401
1.02.04.01.02	Intagível	1.512.177	1.501.734	1.482.719
1.02.04.01.03	Intangível em Andamento	1.691.667	1.412.829	1.191.682

Dfs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2020	Penúltimo Exercício 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 31/12/2018
2	Passivo Total	3.482.179	3.170.948	2.863.113
2.01	Passivo Circulante	253.185	234.893	1.059.301
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	8.757	7.644	7.553
2.01.01.01	Obrigações Sociais	8.757	7.644	7.553
2.01.02	Fornecedores	50.704	53.906	38.818
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	50.704	53.906	38.818
2.01.02.01.01	Fornecedores	25.011	33.202	24.904
2.01.02.01.02	Cauções Contratuais	25.693	20.704	13.914
2.01.03	Obrigações Fiscais	9.629	5.359	21.337
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	5.714	2.730	19.191
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	2.713	0	0
2.01.03.01.02	IRRF	425	618	621
2.01.03.01.03	PIS	294	217	331
2.01.03.01.04	COFINS	1.355	1.001	1.571
2.01.03.01.05	Outros Tributos Federais	927	894	16.668
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	3.915	2.629	2.146
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	83.903	70.037	67.653
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	83.903	70.037	67.653
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	83.903	70.037	67.653
2.01.05	Outras Obrigações	31.691	37.659	885.400
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	15.648	18.865	878.933
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	5.459	2.515	878.777
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	10.189	16.350	156
2.01.05.02	Outros	16.043	18.794	6.467
2.01.05.02.04	Taxa de Fiscalização	1.069	1.026	989
2.01.05.02.06	Outras Contas a Pagar	9.609	10.959	5.478
2.01.05.02.11	Arrendamento Mercantil a Pagar (CPC 06 (R2))	5.365	6.809	0
2.01.06	Provisões	68.501	60.288	38.540
2.01.06.02	Outras Provisões	68.501	60.288	38.540

Dfs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2020	Penúltimo Exercício 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 31/12/2018
2.01.06.02.05	Provisão para Manutenção em Rodovias	68.501	60.288	38.540
2.02	Passivo Não Circulante	2.058.509	1.780.855	638.001
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	347.294	382.048	446.234
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	347.294	382.048	446.234
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	347.294	382.048	446.234
2.02.02	Outras Obrigações	1.616.569	1.330.499	131.984
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	1.574.579	1.291.815	131.491
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores	1.574.579	1.291.815	131.491
2.02.02.02	Outros	41.990	38.684	493
2.02.02.02.04	Obrigações Fiscais	26.514	21.752	493
2.02.02.02.11	Arrendamento Mercantil a Pagar (CPC 06 (R2))	15.476	16.932	0
2.02.04	Provisões	94.646	68.308	59.783
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	13.218	8.597	11.767
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	772	620	2.287
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	2.129	506	489
2.02.04.01.05	Provisões Regulatório	10.317	7.471	8.991
2.02.04.02	Outras Provisões	81.428	59.711	48.016
2.02.04.02.04	Provisões para Manutenção em Rodovias	56.431	36.211	26.729
2.02.04.02.05	Provisões para Investimentos em Rodovias	24.997	23.500	21.287
2.03	Patrimônio Líquido	1.170.485	1.155.200	1.165.811
2.03.01	Capital Social Realizado	1.347.796	1.317.796	1.272.296
2.03.01.01	Capital Social Subscrito	1.497.996	1.497.996	1.287.996
2.03.01.02	(-) Capital Social a Integralizar	-150.200	-180.200	-15.700
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-177.311	-162.596	-106.485

Dfs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	699.025	624.706	526.552
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-647.515	-616.333	-474.982
3.02.01	Custo dos Serviços Prestados	-297.226	-323.764	-260.191
3.02.02	Custo dos Serviços de Construção	-350.289	-292.569	-214.791
3.03	Resultado Bruto	51.510	8.373	51.570
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-29.661	-26.055	-29.529
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-30.844	-26.720	-30.699
3.04.02.01	Gerais e Administrativas	-27.072	-23.488	-28.052
3.04.02.02	Remuneração da Administração	-3.772	-3.232	-2.647
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	1.183	761	1.235
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	0	-96	-65
3.04.05.01	Tributárias	0	-96	-65
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	21.849	-17.682	22.041
3.06	Resultado Financeiro	-44.082	-66.870	-69.358
3.06.01	Receitas Financeiras	2.346	2.422	2.689
3.06.01.01	Receitas Financeiras	2.346	2.422	2.689
3.06.02	Despesas Financeiras	-46.428	-69.292	-72.047
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-46.310	-69.262	-72.047
3.06.02.02	Varição Cambial Líquida	-118	-30	0
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-22.233	-84.552	-47.317
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	7.518	28.441	16.649
3.08.01	Corrente	-4.337	0	629
3.08.02	Diferido	11.855	28.441	16.020
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-14.715	-56.111	-30.668
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-14.715	-56.111	-30.668
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	-0,01030	-0,04030	-0,02530

Dfs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
4.01	Lucro Líquido do Período	-14.715	-56.111	-30.668
4.03	Resultado Abrangente do Período	-14.715	-56.111	-30.668

Dfs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	208.972	138.186	120.691
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	232.211	200.262	177.329
6.01.01.01	Prejuízo líquido do exercício	-14.715	-56.111	-30.668
6.01.01.02	Depreciações e amortizações	126.701	117.269	103.962
6.01.01.04	Baixa de ativos imobilizados e intangíveis líquidos	0	386	916
6.01.01.05	Imposto de renda e contribuição social diferidos	-11.855	-28.441	-16.020
6.01.01.06	Baixa de ativos por direito de uso (CPC 06 (R2))	13.851	0	0
6.01.01.07	Receitas com aplicação financeiras vinculadas	-711	-1.635	-1.507
6.01.01.08	Juros e variações monetárias de mútuos	24.020	40.012	39.855
6.01.01.09	Juros e variações monetárias de empréstimos	8.827	17.309	25.360
6.01.01.10	Atualização monetária de provisão para riscos regulatórios	3.160	0	333
6.01.01.11	Despesa financeira dos ajustes a valor presente	8.265	10.021	4.329
6.01.01.12	Constituição (reversão) de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios	5.298	707	3.911
6.01.01.13	Constituição (reversão) de provisão para manutenção	69.370	100.745	46.858
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-23.239	-53.013	-56.638
6.01.02.01	Contas a receber	-7.077	-1.870	681
6.01.02.02	Contas a receber - partes relacionadas	-987	-2	37
6.01.02.03	Impostos a recuperar	2.214	-581	1.873
6.01.02.04	Despesas antecipadas	1.789	-1.020	60
6.01.02.05	Depósitos judiciais	-25	870	-1.356
6.01.02.06	Fornecedores	-4.468	-8.038	-4.279
6.01.02.07	Contas a pagar - partes relacionadas	8.480	923	-3
6.01.02.08	Cauções contratuais de fornecedores	-2.232	-307	-2.579
6.01.02.09	Obrigações sociais	1.113	91	-156
6.01.02.10	Obrigações fiscais	-561	-7.213	2.785
6.01.02.11	Imposto de renda e contribuição social pagos	-1.482	0	0
6.01.02.12	Outros créditos	-65	182	78
6.01.02.16	Riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios	-3.837	-3.877	-2.483
6.01.02.17	Taxa de fiscalização	43	37	28

Dfs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
6.01.02.18	Custo de transação - financiamento	776	777	0
6.01.02.19	Pagamento de juros	-15.570	-38.466	-43.271
6.01.02.20	Outras contas a pagar	-1.350	5.481	-8.053
6.01.03	Outros	0	-9.063	0
6.01.03.01	Outros valores pagos	0	-9.063	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-408.918	-341.138	-283.119
6.02.01	Aquisições de itens de ativo imobilizado	-6.895	-2.130	-497
6.02.02	Aquisições de itens de ativo intangível	-400.461	-338.492	-273.334
6.02.03	Aplicação financeira vinculada	-3.106	-955	-4.861
6.02.04	Valor resgatado das aplicações vinculadas	923	1.777	1.163
6.02.11	Aplicação financeira	621	-1.338	-5.590
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	203.564	196.902	159.449
6.03.01	Captação de risco sacado	16.996	24.607	31.417
6.03.02	Pagamento de risco sacado	-18.208	-27.847	-29.200
6.03.04	Pagamento de financiamentos - principal	-35.800	-60.658	-55.468
6.03.06	Pagamento arrendamento mercantil (CPC 06 (R2))	-23.124	0	0
6.03.10	Captações de empréstimos empresas ligadas	233.700	215.300	128.700
6.03.14	Aumento de capital	30.000	45.500	84.000
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	3.618	-6.050	-2.979
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	7.344	13.394	16.373
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	10.962	7.344	13.394

Dfs Individuais / Demonstração Das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.317.796	0	0	-162.596	0	1.155.200
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.317.796	0	0	-162.596	0	1.155.200
5.04	Transações de Capital com os Sócios	30.000	0	0	0	0	30.000
5.04.01	Aumentos de Capital	180.200	0	0	0	0	180.200
5.04.08	(-) Capital a Integralizar	-150.200	0	0	0	0	-150.200
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-14.715	0	-14.715
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-14.715	0	-14.715
5.07	Saldos Finais	1.347.796	0	0	-177.311	0	1.170.485

Dfs Individuais / Demonstração Das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.272.296	0	0	-106.485	0	1.165.811
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.272.296	0	0	-106.485	0	1.165.811
5.04	Transações de Capital com os Sócios	45.500	0	0	0	0	45.500
5.04.01	Aumentos de Capital	210.000	0	0	0	0	210.000
5.04.09	(-) Capital a Integralizar	-164.500	0	0	0	0	-164.500
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-56.111	0	-56.111
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-56.111	0	-56.111
5.07	Saldos Finais	1.317.796	0	0	-162.596	0	1.155.200

Dfs Individuais / Demonstração Das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.188.296	0	0	-75.817	0	1.112.479
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.188.296	0	0	-75.817	0	1.112.479
5.04	Transações de Capital com os Sócios	84.000	0	0	0	0	84.000
5.04.08	Capital Integralizado	84.000	0	0	0	0	84.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-30.668	0	-30.668
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-30.668	0	-30.668
5.07	Saldos Finais	1.272.296	0	0	-106.485	0	1.165.811

Dfs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
7.01	Receitas	788.754	656.041	558.830
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	376.632	357.701	337.724
7.01.02	Outras Receitas	412.122	298.340	221.106
7.01.02.01	Receita dos Serviços de Construção	350.289	292.569	214.791
7.01.02.02	Outras Receitas	6.078	5.771	6.315
7.01.02.03	Juros Capitalizados	55.755	0	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-512.732	-487.032	-363.109
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-44.831	-47.456	-50.988
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-23.600	-23.465	-22.876
7.02.04	Outros	-444.301	-416.111	-289.245
7.02.04.01	Custo da Concessão	-15.366	-18.058	-17.447
7.02.04.02	Custos dos Serviços de Construção	-350.289	-292.569	-214.791
7.02.04.03	Custo de Provisão de Manutenção em Rodovias	-69.370	-100.745	-46.858
7.02.04.04	Outros	-9.276	-4.739	-10.149
7.03	Valor Adicionado Bruto	276.022	169.009	195.721
7.04	Retenções	-126.701	-117.269	-103.962
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-126.701	-117.269	-103.962
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	149.321	51.740	91.759
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	2.228	64.251	53.458
7.06.02	Receitas Financeiras	2.346	2.422	2.689
7.06.03	Outros	-118	61.829	50.769
7.06.03.01	Juros Capitalizados	0	61.859	50.769
7.06.03.04	Outros	-118	-30	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	151.549	115.991	145.217
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	151.549	115.991	145.217
7.08.01	Pessoal	38.625	38.644	37.915
7.08.01.01	Remuneração Direta	29.603	29.782	28.856
7.08.01.02	Benefícios	7.143	6.577	6.907
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.879	2.285	2.152

Dfs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	25.267	2.525	14.247
7.08.02.01	Federais	6.169	-15.626	-2.889
7.08.02.02	Estaduais	0	1	8
7.08.02.03	Municipais	19.098	18.150	17.128
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	44.649	51.487	54.538
7.08.03.01	Juros	8.827	17.309	25.360
7.08.03.02	Aluguéis	524	170	1.738
7.08.03.03	Outras	35.298	34.008	27.440
7.08.03.03.01	Juros Capitalizados BNDES	22.052	22.425	21.439
7.08.03.03.03	Outras - Despesas Financeiras	13.246	11.583	6.001
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-14.715	-56.111	-30.668
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-14.715	-56.111	-30.668
7.08.05	Outros	57.723	79.446	69.185
7.08.05.01	Juros - Debêntures Privadas e Mútuos	24.020	40.012	39.855
7.08.05.02	Juros Capitalizados sobre Mútuos	33.703	39.434	29.330

Relatório da Administração/comentário do Desempenho



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Aos Acionistas

Apresentamos a seguir o relatório das principais atividades no exercício de 2020, em conjunto com as Demonstrações Contábeis elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, acrescidas do balanço social, o qual consideramos importante para divulgar para a sociedade, os parceiros, os investidores e os usuários, a responsabilidade social da Autopista Litoral Sul.

Os valores são expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Introdução

A Autopista Litoral Sul, uma das oito concessionárias do grupo Arteris S.A., é a responsável, pela administração de 356,9 quilômetros, trecho que está duplicado desde o início da década de 1990 e compreende o Contorno Leste de Curitiba BR-116, (km 71,1 ao 115,2) a BR-376, (km 616,6 ao 685,5) e a BR-101 (km 0 ao 244,7), conectando a capital paranaense ao município de Palhoça, no Estado de Santa Catarina. A concessão para administrar e conservar o trecho foi outorgada à Companhia em fevereiro de 2008, com o objetivo de explorar o Lote 7 do Programa de Concessões Rodoviárias Federais. O trecho administrado pela Companhia corta os municípios de Curitiba, Quatro Barras, Piraquara, São José dos Pinhais, Tijucas do Sul e Guaratuba, no Estado do Paraná e os municípios de Garuva, Joinville, Araquari, Barra Velha, Piçarras, Penha, Navegantes, Itajaí, Camboriú, Balneário Camboriú, Itapema, Porto Belo, Tijucas, Governador Celso Ramos, Biguaçu, São José e Palhoça, no Estado de Santa Catarina. Por ser a principal ligação entre São Paulo, Curitiba e todo o litoral de Santa Catarina, o trecho acabou sendo um importante instrumento para o desenvolvimento industrial e turístico da região, passando a ser conhecido como Corredor do Mercosul.

O prazo da concessão da rodovia é de 25 anos, contados da data do recebimento do controle do sistema rodoviário existente, expirando em fevereiro de 2033. Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário transferidos à concessionária, ou por ela implantados no âmbito da concessão. A concessionária terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens, cuja aquisição, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão, desde que realizada para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pela concessão.

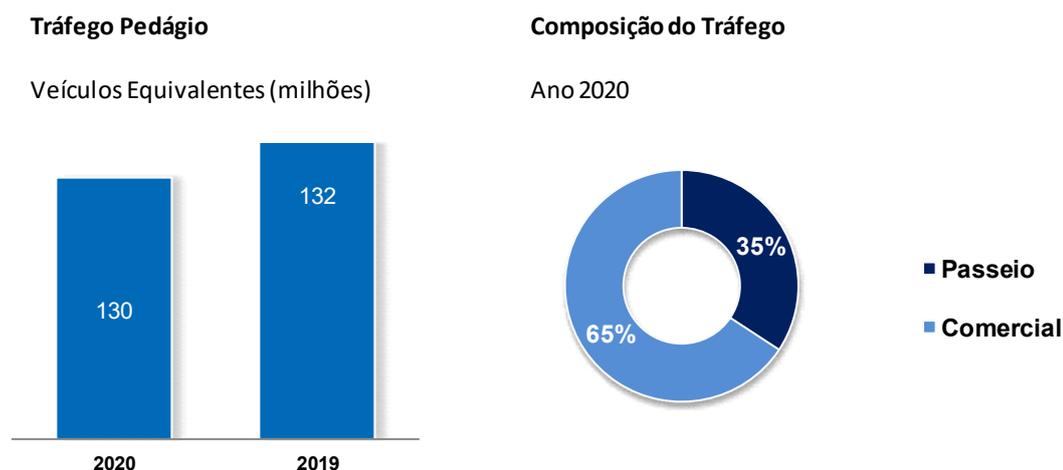
Relatório da Administração/comentário do Desempenho



Receita e Mercado

As tarifas de pedágio cobradas pela Autopista Litoral Sul são definidas pela Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT. Ao longo do ano de 2020 a tarifa praticada para veículos de passeio foi de R\$3,90 e para as demais categorias, conforme demonstrado na tabela da seção Indicadores Operacionais – sub item (d) Aspectos Financeiros.

Em 2020, o tráfego pedagiado totalizou 130,4 milhões de veículos equivalentes, este volume de veículos equivalentes foi 1,5% inferior aos 132,4 milhões registrados em 2019. A variação deve-se aos efeitos do cenário da pandemia do COVID-19, as medidas e decretos estabelecidos no Estado de Santa Catarina, que provocaram uma queda no fluxo de veículos nas rodovias, principalmente no primeiro semestre de 2020. A receita operacional bruta da Companhia atingiu a marca de R\$731,8 milhões com as atividades de transporte rodoviário, representando um aumento 11,7% sobre 2019, quando totalizou R\$655,2 milhões.



A receita de pedágio registrou R\$376,6 milhões em 2020, um aumento de 5,3% em relação à 2019, quando totalizou R\$357,7 milhões. A variação positiva acompanhou a recuperação no fluxo de veículos nos últimos meses do ano, decorrente da estabilização da pandemia. Em meados do segundo semestre a Companhia foi autorizada a aplicar o reajuste tarifário, passando a tarifa de 2,70 (dois reais e setenta centavos) para R\$3,90 (três reais e noventa centavos), o que também contribuiu significativamente na melhora da receita. A receita de obras registrou R\$350,3 milhões em 2020, contra R\$292,6 milhões registrada em 2019, representando uma variação de 19,7%. A variação é devido ao volume de obras realizadas em 2020, com destaque principal para as seguintes obras: Alargamento e Reforço de Pontes ao Longo da Rodovia, Recuperação de Pavimentos e de Sinistros e a Obra do Contorno de Florianópolis, principal obra do

Relatório da Administração/comentário do Desempenho



contrato de concessão. As receitas acessórias, oriundas da exploração da faixa de domínio, totalizaram R\$4,9 milhões em 2020, o que representa 1,3% da receita bruta. No ano de 2020, a Companhia obteve uma receita líquida de R\$348,7 milhões, um aumento de R\$16,6 milhões em relação ao ano de 2019.

Investimentos

O total dos investimentos realizados (CAPEX) ao longo de 2020 foi de R\$398,8 milhões. Estes valores, quando adicionados aos R\$378,2 milhões realizados em 2019, perfazem o montante de R\$ 777 milhões realizados na implementação do plano de investimentos da companhia no processo de recuperação, ampliação e modernização do sistema rodoviário. A quebra desses valores é apresentada na tabela abaixo:

	Investimentos - R\$ milhões		
	2020	2019	%
Ampliação da Rodovia	293.323	295.570	-0,8%
Construção de Viaduto	2.800	9.315	-69,9%
Recuperação do Pavimento Asfáltico	102.690	73.365	40,0%
Total	398.813	378.250	

O Contorno de Florianópolis, uma das mais importantes obras para a região, foi iniciado em maio de 2014, logo após a emissão da Licença de Instalação pelo IBAMA para um trecho de 14 quilômetros. Posteriormente em maio de 2015 houve a emissão de uma Licença Ambiental retificadora, abrangendo uma extensão total de 47 quilômetros. Atualmente estão em andamento as obras no Trecho Norte e Trecho Intermediário, contendo 4 trevos em desnível, sendo que o Trevo do km 193+400 e km 204+200 está em andamento e o km 215+380 encontra-se concluído e 13 passagens de nível sendo que destas 9 estão em andamento e 3 estão concluídas. Os seguimentos do Trecho Sul A e B encontram-se em processo de contratação para execução das obras em 2021.

Em 2020, a Concessionária concluiu também o Alargamento, Reforma e Reforço de 05 Obras de Arte Especiais, sobre o Rio Itajaí-Mirim km 122, Rio Canhanduba km 123, Rio Campina Chata km 670, Rio Pirabeiraba e Rio Pirabeirabinha km 020. Além de 02 outras em andamento, sobre o Rio Itapocu km 080 e Viaduto Linha Férrea km 042, ambas na pista sul.

Relatório da Administração/comentário do Desempenho



Captações de Recursos

Para viabilizar os investimentos e fazer frente às obrigações de manutenção e operação, a Concessionária recebeu de seu acionista controlador – Arteris S.A. um total de R\$263,7 milhões, dos quais R\$233,7 milhões foram milhões através de empréstimos intercompany e R\$30 milhões através de aumento de capital social.

Valor Adicionado

Em 2020, o valor adicionado líquido gerado como riqueza pela Concessionária foi de R\$93,5 milhões, representando 12,8% da Receita Operacional Bruta, o que representa um aumento de 80,8% em relação a 2019, em que o valor adicionado foi de R\$51,7 milhões representando 7,9% da Receita Operacional Bruta daquele exercício.

Política de Distribuição de Dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo de 25% calculado sobre o Lucro Líquido do Exercício, ajustado em conformidade com a legislação societária vigente.

Nos anos em que há lucro apurado, os dividendos são deliberados em Assembleia Geral Ordinária realizada após a divulgação do resultado do exercício.

Planejamento Empresarial

O êxito que as Concessionárias vêm obtendo em seu processo de adaptação às mudanças aceleradas no setor de transportes se deve em grande parte à qualidade de seu planejamento empresarial.

Gestão pela Qualidade Total

Em 2020, as atividades relacionadas com a gestão pela qualidade total compreenderam o desenvolvimento de estudos e projetos, qualidade de gestão e o gerenciamento da rotina em diferentes áreas das Unidades de Negócios.

Recursos Humanos

Em 2020, a Concessionária investiu R\$72 mil (R\$50 mil em 2019) em programas de formação técnica e desenvolvimento profissional e humano de seus empregados, a fim de manter a Concessionária a par da evolução nas áreas tecnológica e gerencial, bem como oferecer aos empregados oportunidades de desenvolvimento de suas habilidades e seus potenciais.

Relatório da Administração/comentário do Desempenho



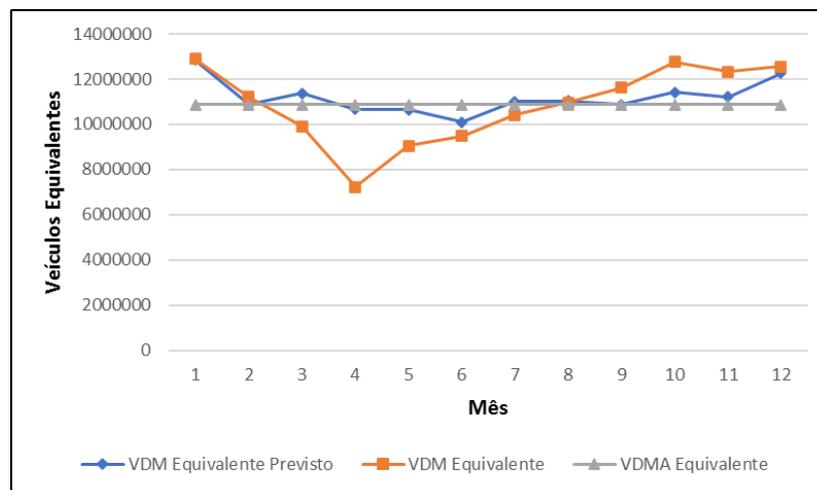
Indicadores Operacionais

a) Caracterização do Tráfego

Volume

Na figura é apresentado o Volume Diário Médio Equivalente por mês e ano, VDM e VDMA respectivamente, como também o Volume Diário Médio Equivalente previsto na proposta.

Variação mensal do volume - 2020



b) Segurança no Trânsito

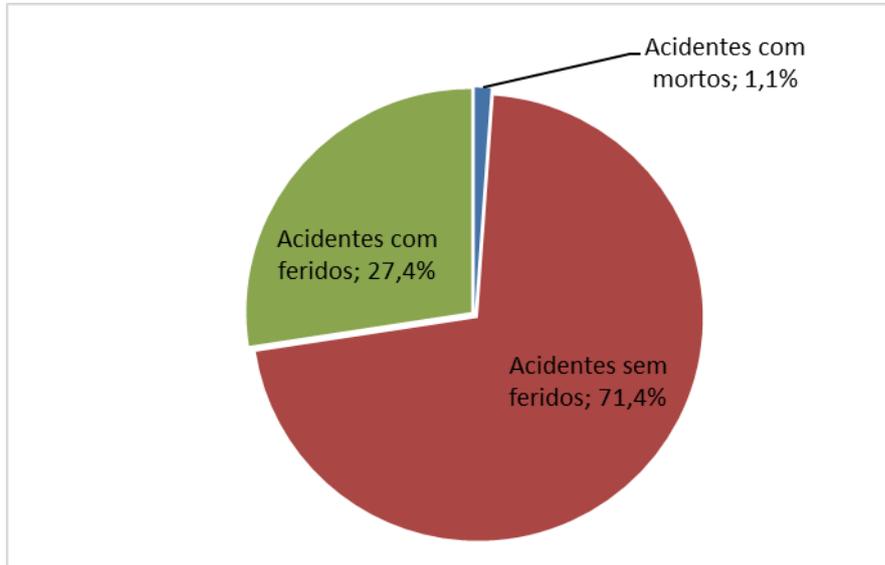
Acidentes

Os gráficos apresentam os percentuais de acidentes ocorridos no trecho concedido, classificados por gravidade, total de pessoas envolvidas e quantidade de sinistros por tipo de veículo no exercício corrente e no exercício anterior.

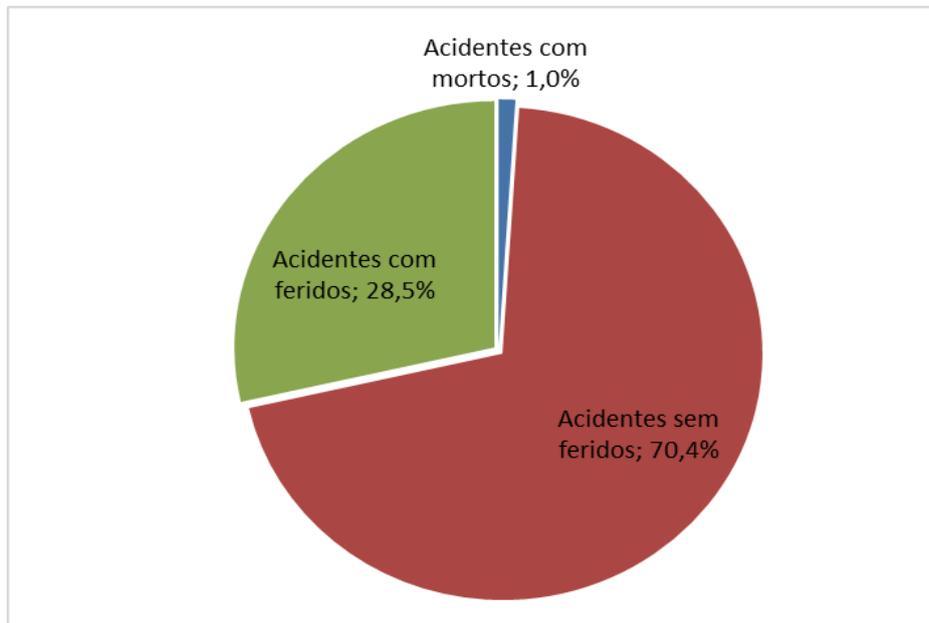
Relatório da Administração/comentário do Desempenho



Percentual de acidentes por gravidade - 2019



Percentual de acidentes por gravidade – 2020

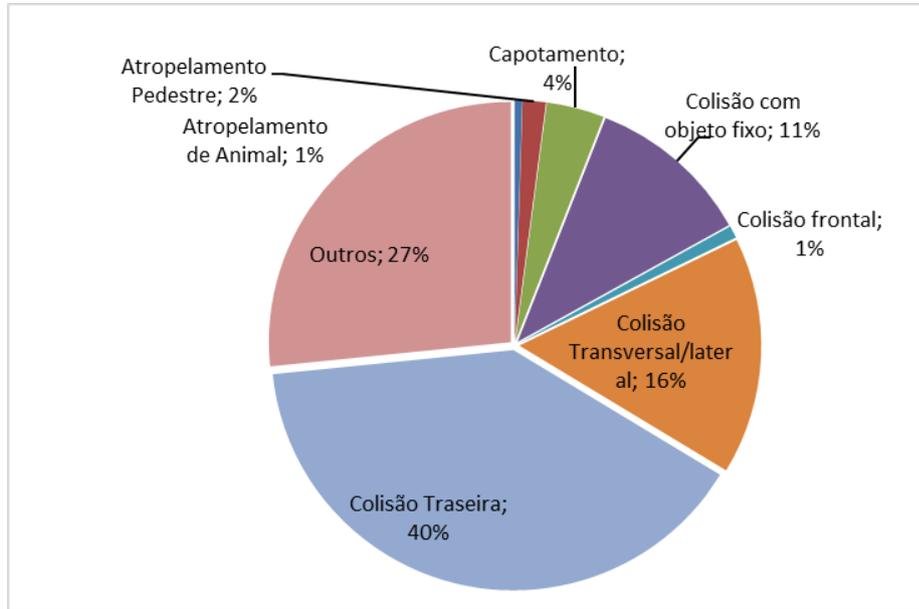


A figura apresenta o valor percentual dos principais tipos de acidentes detectados no trecho concedido da rodovia.

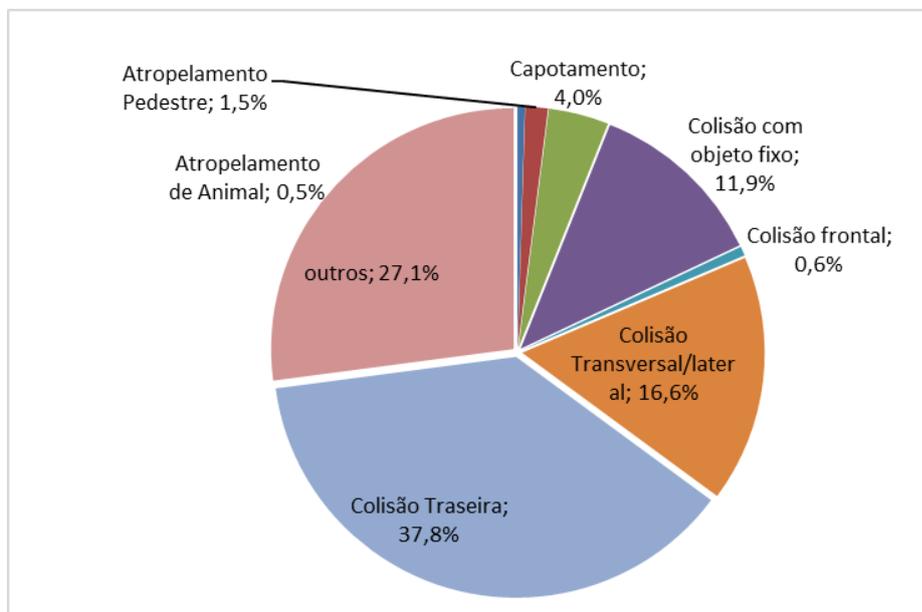
Relatório da Administração/comentário do Desempenho



Acidente por tipo – 2019



Acidente por tipo - 2020



Relatório da Administração/comentário do Desempenho**c) Dados de Operação da Concessão****Veículos Alocados**

Na tabela são apresentadas as quantidades de veículos utilizados pela Concessionária na operação da concessão no último mês do ano-base. Com o objetivo de permitir a comparação proporcional dos valores apresentados entre Concessionárias, a quantidade de veículos é dividida pela extensão da via sob concessão. Uma vez que o valor resultante da divisão da quantidade de veículos pela extensão total é muito pequeno, o resultado é multiplicado por 100 para facilitar a análise.

Tipos de veículos alocados na concessão

Tipo de veículo	Quantidade	Qtde/356,96km
Viatura de Inspeção	11	3,08
Vigilância Patrimonial	2	0,56
Guincho Leve	14	3,92
Guincho Pesado	6	1,68
Guincho PIPA	2	0,56
AC - Ambulância Stand	10	2,80
AD - Ambulância UTI	4	1,12
Caminhão Guindauto	1	0,28
Caminhão Papa Cone	1	0,28
Mini pá Carregadeira	2	0,56
Moto	2	0,56
Total de veículos operacionais	55	15,41
Administração	9	2,52
Bases e Pedágios	6	1,68
Caminhonete ANTT	4	1,12
Gerência de Investimentos	33	9,24
Tráfego	3	0,84
Segurança de Trabalho	4	1,12
Manutenção	4	1,12
Faixa de Domínio	3	0,84
Contorno	20	5,60
Total de veículos de apoio	86	24,09
TOTAL GERAL	141	39,50

Funcionários Alocados

São apresentadas na tabela as quantidades de funcionários empregados pela Concessionária na operação da concessão no último mês do ano-base. Para facilitar a interpretação e a comparação proporcional dos

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

valores apresentados entre Concessionárias, é acrescentada uma coluna que divide a quantidade total de funcionários pelo VDMA da via concedida. Uma vez que o valor resultante da divisão da quantidade de funcionários pelo volume diário de veículos é muito pequeno, o resultado é multiplicado por 10.000 para facilitar a análise.

Tipos de funcionários alocados na concessão

Tipo de pessoas	Quantidade	Qtde/10.000
ANALISTA ADMINISTRATIVO JR	1	0,08
ANALISTA DE CCA JR	1	0,08
ANALISTA DE FAIXA DOMÍNIO JR	3	0,23
ANALISTA DE FAIXA DOMÍNIO PL	1	0,08
ANALISTA DE FAIXA DOMÍNIO SR	3	0,23
ASSISTENTE DE CCA	1	0,08
ASSISTENTE DE FAIXA DO DOMÍNIO III	1	0,08
COORDENADOR DE FAIXA DE DOMINIO	1	0,08
ENFERMEIRO	16	1,23
INSPETOR DE TRÁFEGO	51	3,91
INSPETOR DE TRÁFEGO MOTOCICLISTA	4	0,31
MÉDICO	16	1,23
OPERADOR DE BALANCA	31	2,38
OPERADOR DE CCA	5	0,38
OPERADOR DE CCO	35	2,68
OPERADOR DE GUINCHO	55	4,22
OPERADOR DE GUINCHO PESADO	24	1,84
OPERADOR DE PIPA	8	0,61
SOCORRISTA	136	10,43
SUPERVISOR DE TRÁFEGO	3	0,23
ANALISTA ADMINISTRATIVO JR	1	0,08
ANALISTA DE CCA JR	1	0,08
ANALISTA DE FAIXA DOMÍNIO JR	3	0,23
Total Tráfego	396	30,36
OPERADOR DE PEDAGIO	247	18,94
CONTROLADOR DE PEDAGIO I	19	1,46
SUPERVISOR DE ARRECADAÇÃO	2	0,15
Total Arrecadação	268	20,55
TOTAL GERAL	664	50,91

Relatório da Administração/comentário do Desempenho



d) Aspectos Financeiros

O demonstrativo tem a finalidade de apresentar a Receita da Concessionária no ano base deste relatório juntamente com o valor da Receita Acumulada desde o início da concessão. O valor correspondente à receita obtida com pedágios se refere a renda adquirida com os pedágios e com outras fontes de receitas, sejam elas Complementares, Extraordinárias, Alternativas ou provenientes de Projetos Associados.

Receita (em R\$ mil)

Receita	Em 2020	Acumulada
	731.820	5.164.499

As seguintes tabelas mostram, respectivamente, os valores dos investimentos e da cobertura dos custos operacionais apresentados pela Concessionária no ano base, assim como os valores acumulados desde o início da concessão. Os valores estão expressos a preços da data de apresentação da proposta de tarifas.

Investimentos (em R\$ mil)

Investimentos	Em 2020	Acumulada
	398.813	3.417.829

Custos Operacionais (em R\$ mil)

Custos Operacionais	Em 2020	Acumulada
	647.514	4.412.219

Os custos e despesas operacionais (excluídos a depreciação e amortização) da Companhia totalizaram R\$550,4 milhões em 2020, ante R\$525,1 milhões em 2019, aumento de 4,8%. A maior parte desta variação refere-se a custo dos serviços de construção.

Com relação aos custos e despesas com efeito caixa, o total foi de R\$130,8 milhões em 2020, uma redução de 0,8% em comparação ao ano anterior, quando totalizou R\$131,8 milhões. Em análise verificou-se que houve uma redução um pouco maior nas rubricas de Despesas com “Pessoal” devido a algumas adequações estratégicas da Sociedade; e Custos com “Conservação” e “Serviços de Terceiros” devido aos impactos nas paralizações de alguns serviços decorrentes da pandemia.

A tabela mostra o valor total dos ISS repassados para as prefeituras no ano base.

Relatório da Administração/comentário do Desempenho**ISS repassados (em R\$ mil)**

	Em 2020	Acumulada
ISS	26.614	193.848

Ebitda e Ebitda Ajustado (em R\$ mil)

	2020	2019	Var%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	699,0	624,7	11,9%
Custos e Despesas (excl. deprec. e amortização)	(550,5)	(525,1)	4,8%
EBITDA ¹	148,6	99,6	49,2%
(+) Provisão para manutenção de rodovias	(69,4)	(100,7)	-31,1%
EBITDA Ajustado ²	217,9	200,3	8,8%

¹ EBITDA (*Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*): medida de desempenho operacional dada pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA). O EBITDA não é medida utilizada nas práticas contábeis e também não representa fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado e, portanto, não pode ser comparado ao EBITDA de outras companhias.

² Considera os ajustes relativos a reversões da provisão p/ manutenção de rodovias (pronunciamento contábil ICPC 01). A Companhia entende que o EBITDA ajustado é a melhor representação da sua geração de caixa operacional uma vez que a provisão para a manutenção é um item significativo que não possui efeito caixa na demonstração do resultado do exercício.

A Companhia entende que a melhor demonstração da geração de caixa das atividades operacionais, compreendidas pela cobrança de pedágio e operação dos principais serviços nas rodovias, é medida pelo EBITDA Ajustado, que corresponde ao EBITDA mais a reversão da provisão para manutenção de rodovias, cujo efeito caixa ocorrerá somente em exercício fiscal futuro.

Endividamento (em R\$ mil)

	31/12/2020	31/12/2019	Var%
Dívida Bruta	431,2	452,1	-4,6%
Curto Prazo	83,9	70,0	19,8%
Longo Prazo	347,3	382,0	-9,1%
Posição de Caixa			
Caixa e equivalentes de caixa	17,3	14,3	21,0%
Aplicações financeiras vinculadas ¹	31,2	28,7	8,6%
Dívida Líquida	413,9	437,8	-5,5%

¹ Curto e longo prazos

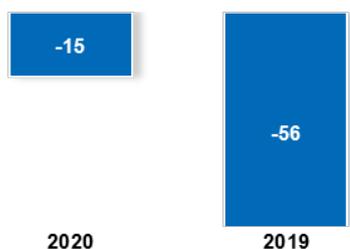
Relatório da Administração/comentário do Desempenho



A Concessionária está empenhada no equacionamento de sua estrutura de capital, em busca da viabilidade para a execução do seu plano de investimentos. Dessa forma, a companhia sempre atua para estruturar financiamentos compatíveis com o empreendimento rodoviário.

Prejuízo Líquido

A Companhia encerrou o exercício de 2020 com prejuízo líquido de R\$14,7 milhões, uma diminuição de R\$41,4 milhões frente ao resultado de R\$56,1 milhões registrado no exercício de 2019. A variação deve-se a redução nas despesas financeiras nos custos e despesas, bem como a melhora na receita de pedágio, contribuíram para a queda em relação ano anterior.



Tarifa

A tabela apresenta os valores referentes às tarifas praticadas no ano base em cada praça de pedágio, por categoria de veículo.

Valor da tarifa por praça de pedágio – 2020 (em R\$)

Praça de pedágio	Cobrança	Categoria de veículo								
		1	2	3	4	5	6	7	8	9
São José dos Pinhais – P1	Bidirecional	R\$ 3,90	R\$ 7,80	R\$ 5,85	R\$ 11,70	R\$ 7,80	R\$ 15,60	R\$ 19,50	R\$ 23,40	R\$ 1,95
Garuva – P2	Bidirecional	R\$ 3,90	R\$ 7,80	R\$ 5,85	R\$ 11,70	R\$ 7,80	R\$ 15,60	R\$ 19,50	R\$ 23,40	R\$ 1,95
Araquari – P3	Bidirecional	R\$ 3,90	R\$ 7,80	R\$ 5,85	R\$ 11,70	R\$ 7,80	R\$ 15,60	R\$ 19,50	R\$ 23,40	R\$ 1,95
Porto Belo – P4	Bidirecional	R\$ 3,90	R\$ 7,80	R\$ 5,85	R\$ 11,70	R\$ 7,80	R\$ 15,60	R\$ 19,50	R\$ 23,40	R\$ 1,95
Palhoça – P5	Bidirecional	R\$ 3,90	R\$ 7,80	R\$ 5,85	R\$ 11,70	R\$ 7,80	R\$ 15,60	R\$ 19,50	R\$ 23,40	R\$ 1,95

Relatório da Administração/comentário do Desempenho



Concessionária em números

Tabela - Rodovias				
Dados anuais e por empresa	Unidade de medida ou comentário			
Quilômetros de rodovia	356,96 quilômetros			
Número de veículos que transitaram	CAT-01	43.943.050	67%	
	CAT-02	4.422.144	7%	
	CAT-03	348.411	1%	
	CAT-04	3.890.486	6%	
	CAT-05	47.793	0%	
	CAT-06	3.287.652	5%	
	CAT-07	2.343.386	4%	
	CAT-08	6.023.467	9%	
	CAT-09	1.667.893	3%	
	TOTAL	65.974.282	100%	
Número de praças de pedágios	5 praças de pedágio:			
	São José dos Pinhais – P1			
	Garuva – P2			
	Araquari – P3			
	Porto Belo – P4			
	Palhoça – P5			
Tarifa	TABELA DE CATEGORIAS			
	VALOR DA TARIFA = 2,7			
	Descrição	Eixos	Categorias Litoral Sul	Tarifa Básica
	Automóvel, Caminhonete e Furgão	2	1	3,9
	Caminhão leve, Ônibus, Caminhão Trator e Furgão	2	2	7,8
	Automóvel semi-reboque e Caminhonete semi-reboque	3	3	5,85
	Caminhão, Caminhão Trator semi-reboque, Ônibus, Caminhão Trator	3	4	11,7
	Automóvel + reboque, e Caminhonete + reboque	4	5	7,8
	Caminhão + reboque, e Caminhão Trator semi-reboque	4	6	15,6
	Caminhão + reboque, e Caminhão Trator semi-reboque	5	7	19,5
	Caminhão + reboque, e Caminhão Trator semi-reboque	6	8	23,4
	Motocicleta, Motonetas, Bicycletas motor e Triciclos	2	9	1,95

Relatório da Administração/comentário do Desempenho



Número de quilômetros mantidos	Rodovia	Marcos km	Extensão linear	Km de pista proporcional
	BR 116/PR	71,1 – 115,20	44,1	88,2
	BR 376/PR	614,0 – 682,18	68,18	136,36
	BR 101/SC	0 – 244,68	244,68	489,36
	Total		356,96	713,92
Índice de congestionamento	Rodovia	Nível de serviço		
	BR 101/SC	Nível D		
	BR 376/PR	Nível D		
	BR 116/PR	Nível C		
Trânsito Médio Diário Equivalente	Mês	Média diária		
	Jan	83.241		
	Fev	77.299		
	Mar	64.024		
	Abr	48.180		
	Mai	58.434		
	Jun	63.199		
	Jul	67.254		
	Ago	70.668		
	Set	77.461		
	Out	82.298		
	Nov	82.128		
	Dez	81.032		
Trânsito Médio Diário Anual Equivalente	71.268			
Equipes utilizadas pelo concessionário	Administrativo			
	Jurídico			
	Comunicação			
	Meio Ambiente			
	Centro de Controle Operacional			
	Arrecadação			
	Conservação (engenharia)			
	Pavimentação (engenharia)			
	Obras (engenharia)			
	Projetos (engenharia)			
	Manutenção Tecnológica (rodovia)			
	Faixa de Domínio			
	Segurança do Trabalho			
	Tráfego			

Relatório da Administração/comentário do Desempenho



Índices de qualidade de estrada	Rodovia: BR-101/SC		
	Parâmetro	ANO 12	
		Atendem	Não Atendem
	Percentual de Área Trincada - TR	100,00%	0,00%
	Irregularidade Longitudinal	94,5%	5,51%
	Rodovia: BR-101/SC PAULO LOPES		
	Parâmetro	ANO 12	
		Atendem	Não Atendem
	Percentual de Área Trincada - TR	100,00%	0,00%
	Irregularidade Longitudinal	98,04%	1,96%
	Rodovia: BR-116/PR		
	Parâmetro	ANO 12	
		Atendem	Não Atendem
	Percentual de Área Trincada - TR	100,00%	0,00%
	Irregularidade Longitudinal	83,03%	16,97%
	Rodovia: BR-376/PR		
	Parâmetro	ANO 12	
		Atendem	Não Atendem
	Percentual de Área Trincada - TR	100,00%	0,00%
	Irregularidade Longitudinal	94,06%	5,94%
Receita de pedágio	376.632		
Custos associados às receitas de pedágio	647.514		
Fator Trabalho			
Número de Trabalhadores	730		
Despesas de Pessoal	34.906		
Fator Capital			
Despesas de Depreciação	Método Linear		
Ativo Líquido	17.269		
Ativo Bruto	4.107.783		
Série Histórica dos Investimentos	338.697		
Custo de Oportunidade do Capital	Conforme variáveis de mercado		
Fatores Intermediários			
Despesas em Administração	14.956		
Despesas em Manutenção	3.115		
Seguridade			
Quantidade de Acidentes	Com danos materiais	5.671	
	Com vítimas feridas	2.299	
	Com vítimas fatais	83	
Indicadores			
Receita por KM	2.050		
Custo por KM	1.814		

Relatório da Administração/comentário do Desempenho



Balanço Social

	2020			2019		
1 - Base de cálculo						
Faturamento Bruto	731.821			655.211		
Receita líquida (RL)	699.025			624.706		
Resultado operacional (RO)	-22.233			-84.552		
Folha de pagamento bruta (FPB)	18.731			19.251		
Folha de pagamento bruta - total remunerações	18.731			19.251		
Folha de pagamento bruta - total pago a empresas prestadoras de serviços	N/A			N/A		
2 - Indicadores sociais internos	Valor	% sobre FPB	% sobre RL	Valor	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	3.811	20%	1%	3.277	17%	1%
Encargos Sociais	7.327	39%	1%	7.513	39%	1%
Previdência privada	0	0%	0%	0	0%	0%
Saúde	2.859	15%	0%	2.652	14%	0%
Segurança e Saúde no trabalho	405	2%	0%	269	1%	0%
Educação	35	0%	0%	34	0%	0%
Cultura	0	0%	0%	0	0%	0%
Capacitação e desenvolvimento profissional	72	0%	0%	50	0%	0%
Creches ou auxílio creche	333	2%	0%	343	2%	0%
Participação nos lucros ou resultados	1.262	7%	0%	1.901	10%	0%
Outros	159	1%	0%	270	1%	0%
Total - Indicadores sociais internos	16.263	87%	2%	16.309	85%	3%
3 - Indicadores sociais externos						
Educação	49	0%	0%	184	1%	0%
Cultura	0	0%	0%	0	0%	0%
Saúde e saneamento	0	0%	0%	0	0%	0%
Esporte	0	0%	0%	0	0%	0%
Combate à fome e segurança alimentar	0	0%	0%	0	0%	0%
Outros	0	0%	0%	0	0%	0%
Total de contribuições à sociedade	49	0%	0%	184	1%	0%
Tributos (Exceto encargos sociais)	34.073	182%	5%	30.245	157%	5%
Total - Indicadores sociais externos	34.122	182%	5%	30.429	158%	5%

Relatório da Administração/comentário do Desempenho



4 - Indicadores ambientais						
Investimentos relacionados com a produção/operação da Concessionária:	379	2%	0%	279	1%	0%
Investimentos em programas e/ou projetos externos:	-	0%	0%	-	0%	0%
Total de investimentos em meio ambiente	379	2%	0%	279	1%	0%
Quanto ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos, a Concessionária:	(X) Não possui metas () Cumpre de 0 a 50% () Cumpre de 50 a 75% () Cumpre de 75 a 100%			(X) Não possui metas () Cumpre de 0 a 50% () Cumpre de 50 a 75% () Cumpre de 75 a 100%		
5 - Indicadores do corpo funcional						
Nº de colaboradores ao final do período	730			608		
Tempo de serviço	28% até seis meses 8% de seis meses a um ano 20% entre um e dois anos 23% entre dois e cinco anos 21% mais de cinco anos			14% até seis meses 9% de seis meses a um ano 13% entre um e dois anos 36% entre dois e cinco anos 28% mais de cinco anos		
Nº de admissões durante o período	295			159		
Nº de demissões durante o período	206			185		
Nº de colaboradores terceirizados	1891			1994		
Nº de estagiários (as)	0			10		
Nº de colaboradores com até 18 anos	29			25		
Nº de colaboradores entre 18 e 25 anos	225			163		
Nº de colaboradores entre 25 e 45 anos	377			359		
Nº de colaboradores acima de 45 anos	99			61		
Nº de mulheres que trabalham na Concessionária	443			307		
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres	0%			0%		
Remuneração paga a mulheres no período	10.245			6.903		
Nº de negros (as) que trabalham na Concessionária	15			10		
% de cargos gerenciais ocupados por negros	0%			0%		
Nº de pessoas com deficiência física ou necessidades especiais	33			26		
Total de horas extras trabalhadas (quantidade horas)	89.684			80.028		
Total de horas extras pagas (valor)	1.353			915		
Total de INSS pagos	9.145			8.286		
Total de FGTS pago	1.875			1.796		
Total de Contribuição Sindical paga	0			0		
Total dos demais encargos sociais pagos	0			0		
Total de IRRF recolhido no período	2.071			2.020		
Total de ICMS recolhidos no período	0			0		
Total de IRPJ recolhido no período	1.080			710		
Total de CSLL recolhido do período	402			256		
Total de PIS recolhidos no período	2.401			2.482		
Total de COFINS recolhidos no período	11.083			11.153		
Total de outros tributos recolhidos no período	18.224			18.020		

Relatório da Administração/comentário do Desempenho



6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial		
Relação entre a maior e a menor remuneração na Concessionária	38,79	31,21
Número total de acidentes de trabalho	5	8
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	() direção (X) direção e gerenciais () todos os colaboradores	() direção (X) direção e gerenciais () todos os colaboradores
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente do trabalho foram definidos por:	() direção e gerenciais () todos os colaboradores (X) todos + CIPA	() direção e gerenciais () todos os colaboradores (X) todos + CIPA
Quanto a liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos colaboradores, a Concessionária:	() não se envolve (X) segue as normas da OIT () incentiva as normas da OIT	() não se envolve (X) segue as normas da OIT () incentiva as normas da OIT
A previdência privada contempla:	() direção () direção e gerenciais () todos os colaboradores (X) não se aplica	() direção () direção e gerenciais () todos os colaboradores (X) não se aplica
A participação nos lucros ou resultados contempla:	() direção () direção e gerenciais (X) todos os colaboradores	() direção () direção e gerenciais (X) todos os colaboradores
Na seleção de fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela Concessionária:	() não são considerados () são sugeridos () são exigidos parcialmente (X) são exigidos	() não são considerados () são sugeridos () são exigidos parcialmente (X) são exigidos
Quanto à participação de colaboradores em programas de trabalho voluntário, a Concessionária:	() não se envolve () apoia (X) organiza e incentiva	() não se envolve () apoia (X) organiza e incentiva
% de reclamações e críticas solucionadas:	25% no PROCON 3% na Justiça	0% no PROCON 15% na Justiça
Valor adicionado total a distribuir	151.549	115.991
Distribuição do Valor Adicionado	17% Governo 28% Acionistas 25% Colaboradores 29% Terceiros 0% Retidos	2% Governo 20% Acionistas 33% Colaboradores 44% Terceiros 0% Retidos

Relatório da Administração/comentário do Desempenho



Demais assuntos

a) Responsabilidade Social e Ambiental

O compromisso com a sustentabilidade, que orienta as tomadas de decisão e a atuação da companhia, tem relação direta com a valorização e a preservação da vida e o desenvolvimento socioeconômico das regiões onde atua. Analisar os impactos reais e potenciais de suas atividades e promover a gestão orientada para a geração de valor compartilhado está no cerne da atuação da empresa.

Este modelo de gestão é refletido na nova missão, visão e valores do grupo Arteris, revisados em 2020, sendo ainda orientador do plano estratégico de sustentabilidade que está em construção e irá definir as prioridades dos aspectos ESG (ambiental, social e governança, na tradução do inglês) para os próximos anos.

O compromisso voluntário com iniciativas públicas reforça a atuação voltada para o desenvolvimento sustentável, como o Pacto Global, que o grupo Arteris subscreveu em 2020 para consolidar sua estratégia em linha com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) propostos pela Organização das Nações Unidas (ONU). Em 2010, a companhia se comprometeu com a Década de Ação para a Segurança no Trânsito, também da ONU, para redução de 50% das fatalidades no trânsito até 2020. Os resultados da empresa superam a meta desde 2015 e, em 2020, o consolidado das concessionárias atingiu 51% de redução. Ao lado do investimento em obras e manutenção e de parcerias em campanhas de fiscalização, a educação para a segurança no trânsito é um dos pilares que sustentam o compromisso social e com a segurança, numa busca constante pelo índice “zero” de fatalidades em decorrência de acidentes.

Fazem parte das ações previstas na estratégia de responsabilidade social da companhia programas próprios e patrocinados, a exemplo do Projeto Escola Arteris, Viva Meio Ambiente e Programas Viva, entre outros, que abrangem o público que transita pelas rodovias, em seus variados perfis, e as comunidades vizinhas. Só o Projeto Escola, que em 2020 exigiu dos professores e instituições participantes soluções inovadoras de ensino em função da pandemia da Covid-19, atendeu 324 escolas de 131 cidades. Em 19 anos de atuação, já impactou diretamente 320.218 alunos e formou 18.484 professores em 676 escolas da rede pública de ensino municipal e estadual.

O compromisso com a segurança começa dentro da empresa. O grupo Arteris se apoia em um conjunto de ferramentas consolidadas com foco na melhoria contínua das condições de trabalho e promoção da cultura da segurança entre seus colaboradores e terceiros, com o total comprometimento da alta liderança. Em 2020, lançou o Programa Caminho Seguro, reforçando o uso dos recursos já existentes, com foco ainda

Relatório da Administração/comentário do Desempenho



maior na conscientização e atenção aos fatores de risco no ambiente de trabalho. Utilizando-se de plataformas online, mescladas a encontros presenciais que seguiram todos os protocolos sanitários, o programa promoveu mais de 2 mil reuniões com equipes operacionais e aplicou mais de 12 mil horas de treinamentos sobre práticas comportamentais que salvam vidas.

Tendo a valorização da vida como um dos valores organizacionais, o grupo Arteris procurou contribuir para o funcionamento das principais cidades do País durante a pandemia da Covid-19, com a continuidade de suas operações de forma segura. Por meio da criação de um comitê interno específico para assegurar a gestão dos temas ligados à pandemia, a companhia implementou ações articuladas para garantir o trabalho seguro de seus colaboradores, fornecedores e parceiros, além do investimento em cerca de R\$ 7 milhões em apoio a hospitais, caminhoneiros e comunidades. Foram distribuídos, por exemplo, mais de 100 mil itens de higiene para cerca de 60 mil caminhoneiros - que também contaram com pontos de apoio nas rodovias e suporte para a vacinação contra a gripe. Também foram doados equipamentos a 13 hospitais da rede pública, em SP, RJ, PR, SC e MG, e realizou uma parceria com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) para a distribuição de kits de higiene e alimentação, ações de comunicação e conscientização sobre a pandemia, para cerca de 7 mil famílias vulneráveis no Rio de Janeiro e em São Paulo.

Pautada pela integridade, o grupo Arteris já aplica a due dilligence anticorrupção para avaliar fornecedores previamente à decisão por sua contratação. Esta é apenas uma das atividades relacionadas ao Programa de Integridade Arteris, válida para todas as empresas do grupo. Em 2020, foram promovidos treinamentos online sobre o Código de Conduta, incluindo o tema Anticorrupção a fornecedores e prestadores de serviço, além de ações de comunicação para ampliar o conhecimento dos parceiros sobre o tema, como forma de influenciar a cadeia de fornecimento para a adoção de boas práticas de governança.

Partindo do princípio que o crescimento sustentável do negócio só acontece quando há o compromisso com a preservação do ecossistema local, a conformidade ambiental também é levada a sério nas operações. Plantios de mudas nativas feitos como compensação ambiental pelas obras realizadas têm viés de restauração ecológica, ou seja, observam aspectos que resultem em ganho de biodiversidade. A manutenção de corredores ecológicos e soluções para direcionamento da fauna em passagens também são aspectos de preservação ambiental observados nas operações. A inteligência aplicada em todo o ciclo de

Relatório da Administração/comentário do Desempenho



desenvolvimento dos projetos de engenharia também é um diferencial, desde a fase de elaboração até a operação, considerando a avaliação de riscos e impactos em cada um dos projetos.

b) Relacionamento com Auditores Independentes

Em atendimento à determinação da Instrução CVM nº 381/03 informamos que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, não contratamos nossos Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles de auditoria externa. Em nosso relacionamento com o Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no seguinte: o auditor não deve (a) auditar seu próprio trabalho, (b) exercer funções gerenciais e (c) promover nossos interesses.

Agradecimentos

Registramos nossos agradecimentos aos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal pelo apoio prestado no debate e no encaminhamento das questões de maior interesse da Concessionária. Nossos reconhecimentos à dedicação e ao empenho do quadro funcional, extensivamente a todos os demais que direta ou indiretamente contribuíram para o cumprimento da missão da Concessionária.

Joinville, 24 de fevereiro de 2021.

A Administração.

Diretoria

Antonio Cesar Ribas Sass
Diretor de Operações

Sergio Moniz Barretto Garcia
Diretor Executivo de Operações

Juan Gabriel Lopez Moreno
Diretor Econômico Financeiro/
Diretor de Relações com Investidores

Giane Luza Zimmer Freitas
Diretor de Assuntos Regulatórios

Luiz Marcelo de Souza
Diretor de Manutenção

Conselho de Administração

Andre Dorf
Conselheiro

Flavia Lucia Mattioli Tâmega
Conselheira

Marco Antonio Giusti
Conselheiro

Contador

Adriano Pelek
CRC – PR 048770/O-0

Notas Explicativas

Autopista Litoral Sul S.A.

Demonstrações contábeis referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e relatório do auditor Independente

Notas Explicativas

Autopista Litoral Sul S.A.

AUTOPISTA LITORAL SUL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Autopista Litoral Sul S.A. (“Sociedade” ou “Autopista Litoral Sul”) é uma sociedade por ações de capital aberto com registro de categoria “B” na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), domiciliada no município de São José dos Pinhais, Estado do Paraná, Brasil, situada na rua Francisco Munhoz Madrid, 625. Constituída em 19 de dezembro de 2007, sua controladora e “holding” é a Arteris S.A.

A Arteris S.A. é constituída por um *mix* de capital nacional e estrangeiro, sendo os seus acionistas diretos são (i) a *holding* não financeira espanhola Participes en Brasil, (ii) a Brookfield Aylesbury LLC, e (iii) a *holding* brasileira PDC Participações S.A.. Os acionistas indiretos relevantes da Arteris S.A. são (i) o fundo Brookfield Brazil Motorways Holdings SRL, controlada indireta da canadense Brookfield Asset Management Inc., e (ii) a espanhola Abertis Infraestructuras S.A., cujo o controle é detido pela italiana Atlantia S.p.A., pela espanhola Actividades de Construcción y Servicios - ACS S.A. e pela alemã Hochtief AG.

A Sociedade tem como objeto social único a exploração do lote rodoviário BR-116/BR-376/PR e BR-101/SC, compreendendo o trecho entre Curitiba e Florianópolis, objeto do processo de licitação correspondente ao Lote 07, em conformidade com o Edital de Licitação nº 003/2007, publicado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”), sob a forma de concessão de serviço público pelo prazo de 25 anos iniciado em 14 de fevereiro de 2008, não sendo admitida a prorrogação do prazo de concessão, precedida da execução de obras públicas para recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação e melhorias da rodovia.

2. CONCESSÃO

A Sociedade está em plena operação desde 17 de junho de 2009, quando do início da operação de sua última praça de pedágio na BR - 101/km 220 - SC. A concessionária assumiu os seguintes compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão:

- 30 km de terceiras faixa.
- 79,7 km de vias laterais.
- 94,7 km de variantes e contornos.
- Construção de 39 passarelas.
- Construção de 5 praças de pedágio.
- Construção de 9 bases de serviços operacionais – BSO’s.
- Implantação e/ou reforma de postos de pesagem.
- Recuperação de toda a extensão da rodovia.

Conforme estabelecido no contrato de concessão, as tarifas de pedágio são reajustadas anualmente no mês de fevereiro, com base na variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, além de inclusão e exclusão de pleitos tais como obras, impostos e serviços, que garantam o reequilíbrio do contrato.

Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração dos sistemas rodoviários transferidos à concessionária ou por ela implantados no âmbito da concessão. A reversão será gratuita e automática, com os bens em perfeitas condições de operação, utilização e manutenção e livres de quaisquer ônus ou encargos. A Sociedade terá o direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens, cuja aquisição, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão, desde que realizada para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pela concessão.

Em decorrência do modelo de contrato de concessão ser da forma não onerosa e considerar o menor preço de tarifa de pedágio, a Sociedade não paga ao Poder Concedente, pelo direito de exploração do lote mencionado, nenhum ônus fixo e/ou variável.

Notas Explicativas

Os principais compromissos firmados pela Sociedade decorrentes do contrato de concessão são:

- (a) Efetuar o recolhimento à ANTT, ao longo de todo o prazo da concessão, da taxa de fiscalização que será destinada à cobertura de despesas com a fiscalização da concessão.

O valor anual, a título de verba de fiscalização, é de R\$6.424. A partir de 31 de dezembro de 2019 até o final do período de concessão, a Sociedade deverá recolher o montante de R\$78.159 a valor nominal, conforme determinado no contrato de concessão. A verba de fiscalização é corrigida pelo mesmo índice e na mesma data da correção da tarifa básica de pedágio.
- (b) A Sociedade deve assumir integralmente o risco decorrente de erros na determinação de quantitativos para execução de obras e serviços previstos no Programa de Exploração da Rodovia - PER.
- (c) Não cabe, durante o prazo da concessão, nenhuma solicitação de revisão tarifária devido à existência de diferenças de quantidade e/ou desconhecimento das características da rodovia pela Sociedade, sendo de sua responsabilidade a vistoria do trecho concedido, bem como o exame de todos os projetos e relatórios técnicos que lhe são concernentes, quando da apresentação de sua proposta inicial no leilão.
- (d) A Sociedade assume integralmente o risco decorrente de danos na rodovia que derivem de causas que deveriam ser objeto de seguro, conforme o Capítulo III, Título V, do edital do leilão.
- (e) A Sociedade assume integralmente o risco pela variação nos custos de seus insumos, mão de obra e financiamentos.
- (f) A Sociedade assume integralmente riscos decorrentes da regularização do passivo ambiental dentro da faixa de domínio da rodovia, cujo fato gerador tenha ocorrido após a data da assinatura do contrato de concessão.
- (g) O estatuto social da Sociedade previa a obrigação de abrir seu capital social em até dois anos após a data do início do contrato de concessão, previsto para 15 de fevereiro de 2010. Os registros de sociedade por ações de capital aberto foram concedidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM em 29 de março de 2010.
- (h) A Sociedade deve apresentar anualmente as demonstrações contábeis para a ANTT e publicá-las.

A Sociedade estima em 31 de dezembro de 2020 o montante de R\$1.260.804 (R\$209.229 em 31 de dezembro de 2019) referente a investimentos para melhorias na infraestrutura, e de R\$576.016 (R\$530.816 em 31 de dezembro de 2019) referente a recuperações e manutenções, a valores atuais, para cumprir com as obrigações até o final do contrato de concessão.

A Sociedade vem negociando com o órgão regulador a execução de obras de melhorias de infraestrutura passíveis de reequilíbrio e em 31 de dezembro de 2020 estas obras estão estimadas em R\$101.757 (R\$1.998.777 em 31 de dezembro de 2019), as quais não estão incluídas no quadro acima.

Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente revisados.

As estimativas de investimentos foram registradas mediante laudo preparado por peritos independentes e foram segregadas levando-se em consideração o que segue:

- i. Investimentos que geram potencial de receita adicional - registrados somente quando a prestação de serviço de construção está relacionada diretamente com a ampliação ou melhoria da infraestrutura, gerando receita adicional àquela prevista originalmente.

Investimentos que não geram potencial de receita adicional - registrados considerando a totalidade do contrato de concessão e apresentados a valor presente na data de transição, conforme mencionado na nota explicativa nº 15.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 não ocorreu mudanças em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, exceto pelo mencionado abaixo:

Notas Explicativas

Autopista Litoral Sul S.A.

Covid - 19

Em atendimento ao OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/n.º 02/2020 a Sociedade analisou os efeitos do coronavírus nas demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, face a situação adversa decorrente da pandemia do COVID-19, a Sociedade adotou diversas medidas e protocolos no sentido de preservar a integridade, saúde e a segurança de todos os seus colaboradores usuários e demais stakeholders, além de assegurar a continuidade dos serviços públicos prestados.

Diante da pandemia, o BNDES aprovou, em março de 2020 e em caráter emergencial, medidas socioeconômicas de execução imediata, dentre as quais, o *Standstill*, uma suspensão temporária por prazo de até seis meses de todo o serviço da dívida de financiamento contratados junto ao BNDES, nas modalidades direta e indireta, com o objetivo de dar fôlego financeiro às companhias em um período de retração de receitas e dificuldades de obtenção de novas linhas de crédito.

Estão elegíveis a aderir à medida apenas as companhias que estejam em dia com todas as obrigações contratuais decorrentes dos contratos com o BNDES. Uma vez elegível a aderir a medida, as companhias devem formalizar seu pedido de adesão junto ao BNDES, a formalização dessa adesão será objeto de assinatura de aditivo contratual.

A Sociedade foi considerada elegível e teve seu pedido de adesão aceito pelo BNDES. A partir de 15 de abril de 2020, já não efetuaram o pagamento de parcela de principal e juros, e assim se sucedeu até 15 de setembro de 2020, voltando o pagamento ao normal a partir de 15 de outubro de 2020 inclusive. Todas as parcelas não pagas durante o período de vigência do *Standstill* foram incorporadas no saldo devedor a cada evento, o qual será exigido nos termos e prazos dos contratos vigentes.

Em virtude do reconhecimento do estado de calamidade pública decorrente da pandemia, por meio do Decreto Legislativo nº 6 de 20 de março de 2020, o Governo Federal, através do Ministério da Economia, implementou medidas tributárias e não tributárias com fito de preservação do fluxo de caixa das companhias brasileiras, tendo em vista o exposto na (i) Portaria nº 139/2020, (ii) Portaria nº 245/2020; (iii) Medida Provisória nº 932/2020; e (iv) Medida Provisória nº 927/2020.

- (i) Portaria nº 139 de 3 de abril de 2020, possibilitou as pessoas jurídicas diferirem o pagamento do PIS e COFINS (art. 1º) e Contribuições Previdenciária Patronal (art. 2º) das competências março/2020 e abril/2020 (vencimentos: abril e maio, respectivamente) para o vencimento das competências dos meses julho/2020 e setembro/2020 (vencimentos: agosto e outubro, respectivamente).
- (ii) Portaria nº 245 de 15 de junho de 2020, possibilitou as pessoas jurídicas diferirem o pagamento da Contribuição Previdenciária Patronal (art. 1º) e do PIS e COFINS (art. 2º) da competência maio/2020 (vencimento: junho) para o vencimento da competência do mês outubro/2020 (vencimentos: novembro).
- (iii) Medida Provisória nº 932 de 31 de março de 2020 reduziu as alíquotas aplicáveis ao das contribuições parafiscais destinadas a entidades privadas de serviços (assistência) social e de formação profissional vinculada ao sistema sindical (Sistema S), até 30 de junho de 2020.
- (iv) Medida Provisória nº 927 de 22 de março de 2020, possibilitou as pessoas jurídicas a: a) diferirem o pagamento do FGTS (art. 19) das competências dos meses de março, abril e maio para as competências imediatamente subsequentes, podendo inclusive ser pagamentos parcelados, conforme estabelece o artigo 20 do referido diploma normativa; b) antecipação de férias individuais; c) postergação do pagamento da remuneração de férias até o 5º (quinto) dia útil do mês imediatamente subsequente ao gozo das férias; e d) a concessão de um terço de férias em abono dar-se-á, única e exclusivamente, mediante concordância do empregador (parágrafo único, art. 8º).

A Sociedade adotou estes benefícios previstos nas medidas tributárias e não tributárias (FGTS) implementadas pela União, através do diferimento de tributos e do FGTS, redução das alíquotas do sistema S na determinação das contribuições parafiscais destinadas a outras entidades, concessão de férias antecipadas, postergação do pagamento da remuneração de férias e abono pecuniário de férias.

Diante do prolongamento do estado de calamidade pública originário da pandemia, a Sociedade, de modo complementar, implementou a suspensão do contrato de trabalho, conforme previsto na Lei nº 14.020/2020 (conversão da Medida Provisória 936/2020), dos empregados considerados como Grupo de Risco do COVID-19, e

Notas Explicativas

que não conseguiram permanecer atuando em suas respectivas funções, integrando-os ao Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e Renda.

Ressalta-se, por fim, que as medidas mencionadas acima não excluem a adoção de medidas adicionais e complementares, como a inclusão de novo grupo de colaboradores no programa imediatamente acima mencionado, caso se verifique incompatibilidade para o desempenho de atividades, se o colaborador possuir novo diagnóstico, considerando-o no Grupo de Risco.

3. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

Base de preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas de acordo com os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”). Incluem também as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente essas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações contábeis foi aprovada pelo Conselho de Administração em 24 de fevereiro de 2021.

Base de mensuração

As demonstrações contábeis da Sociedade foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis da Sociedade são apresentadas em Real - (R\$), que é a moeda funcional da Sociedade. Todas as demonstrações contábeis apresentadas foram arredondadas para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação das demonstrações contábeis, a Sociedade utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Sociedade e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As informações sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas aos seguintes aspectos: determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazos, determinação de provisões para manutenção, determinação de provisões para investimentos oriundos do contrato de concessão cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio, provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas, perdas relacionadas a contas a receber e elaboração de projeções para teste recuperação dos ativos intangíveis e de realização de créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos que, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da Sociedade, relacionada à probabilidade de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

Julgamentos e estimativas críticas referentes às práticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis estão descritas a seguir:

- (i) Julgamentos

Contabilização do contrato de concessão

Notas Explicativas

Autopista Litoral Sul S.A.

Na contabilização do contrato de concessão, conforme determinado pela Interpretação Técnica do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - ICPC 01, a Sociedade efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicação da interpretação de contrato de concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados no contrato de concessão.

Momento de reconhecimento do ativo intangível

A Administração da Sociedade avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do contrato de concessão, segregando, os investimentos em dois grupos:

(a) Investimentos que geram potencial de receita adicional: são reconhecidos somente quando incorridos os custos da prestação de serviços de construção relacionados à ampliação ou melhoria da infraestrutura.

(b) Investimentos que não geram potencial de receita adicional: são estimados considerando a totalidade do contrato de concessão e reconhecidos a valor presente na data de transição, conforme mencionado na nota explicativa nº 11.

Determinação de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos do contrato de concessão

A Sociedade reconhece os efeitos de amortização dos ativos intangíveis decorrentes do contrato de concessão, limitados ao prazo da respectiva concessão. A Sociedade reconhece a amortização no resultado linearmente, prospectivamente e com base no prazo remanescente da concessão.

(ii) Estimativas

Determinação das receitas de construção

De acordo com CPC 47, quando a Sociedade contrata serviços de construção, deve reconhecer uma receita de construção quando realizada pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção contratado. A Sociedade avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela contratação de serviços, mesmo nos casos em que haja terceirização dos serviços, dos custos de gerenciamento e do acompanhamento das obras, de acordo com o progresso físico *Percentage of Completion* - POC. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção.

Provisão para manutenção referente ao contrato de concessão

A contabilização da provisão para manutenção, reparo e substituições nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação a valor presente na data de encerramento do exercício, em contrapartida à despesa para manutenção ou recomposição da infraestrutura a um nível específico de operacionalidade. O passivo a valor presente deve ser progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das obras.

Provisão para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios

A Sociedade reconhece provisão para demandas judiciais tributárias, cíveis, trabalhistas e ambientais. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes dos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação de advogados internos e externos. As referidas provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A Sociedade reconhece que possui um risco de resultar em um ajuste sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos resultando em ajustes nos saldos contábeis de ativos e passivos, conforme nota explicativa nº 17.

Imposto diferido

O imposto sobre a renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haverá lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos fiscais no futuro. No momento do reconhecimento dos ativos e passivos fiscais diferidos avalia-

Notas Explicativas

se a disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados, conforme nota explicativa nº 7.

Impairment

As premissas utilizadas para determinação do valor em uso das unidades geradoras de caixa (UGC).

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente nessas demonstrações contábeis, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019.

4.1 Contratos de concessão de serviços

A natureza do contrato de concessão da Sociedade está descrita na nota explicativa nº 2.

4.1.1 Receitas

A receita relacionada aos serviços de construção ou melhorias estabelecidos nos contratos de concessão é reconhecida ao longo do tempo, de forma consistente com as políticas contábeis da Sociedade que estabelecem o reconhecimento de receita proveniente de contratos de construção com base no método de custo incorrido. Os respectivos custos são reconhecidos no resultado quando incorridos.

A receita de operações ou serviços (cobranças de pedágios ou tarifas decorrentes dos direitos de concessão) é reconhecida no período em que os serviços são prestados pela Sociedade. Caso o contrato de concessão de serviços contenha mais do que uma obrigação de desempenho, a contraprestação recebida é alocada com referência aos preços relativos pelos quais a entidade venderia cada um dos serviços entregues separadamente.

4.1.2 Ativos intangíveis

A Sociedade quando aplicável, reconhece um ativo intangível proveniente de um contrato de concessão de serviços quando ela tem o direito de cobrar pelo uso da infraestrutura de concessão. Um ativo intangível recebido como contraprestação pela prestação de serviços de construção ou de modernização em um contrato de concessão de serviços é mensurado a valor justo no reconhecimento inicial com referência ao valor justo dos serviços prestados. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado a custo, o que inclui custos de empréstimos capitalizados, menos a amortização acumulada e as perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

A vida útil estimada de um ativo intangível em um contrato de concessão de serviços começa a partir do período em que a Sociedade poderá cobrar o público em geral pelo uso da infraestrutura até o final do período da concessão.

4.2 Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Sociedade pela taxa de câmbio na data das transações. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional da Sociedade pela taxa de câmbio na data de fechamento. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação.

Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultado.

4.3 Instrumentos financeiros

4.3.1 - Reconhecimento e mensuração inicial

Notas Explicativas

Autopista Litoral Sul S.A.

As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Sociedade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes é mensurado inicialmente ao preço da operação.

4.3.2 - Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado ou ao VJR – valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros são classificados sob as seguintes categorias:

(a) Custo amortizado

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment* (quando for o caso). A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment*, quando aplicável, são reconhecidos diretamente no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

(b) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Sociedade pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for um derivativo. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros

Notas Explicativas

efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Sociedade tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

4.4 Arrendamento mercantil - CPC 06 (R2)

No início de um contrato, a Sociedade avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

Mensuração e reconhecimento dos contratos na arrendatária

Na data de início do arrendamento, a Sociedade reconhece no seu balanço patrimonial um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento.

O ativo de direito de uso é mensurado pelo custo, que é composto pelo valor inicial de mensuração do passivo de arrendamento, abrangendo quaisquer custos diretos iniciais incorridos pela Sociedade, assim como uma estimativa de custos para desmontar e remover o ativo ao final do arrendamento, e quaisquer pagamentos de arrendamento feitos antes da data do seu início, calculados a valor presente.

A Sociedade amortiza os ativos de direito de uso em bases lineares, a partir da data de início do arrendamento, até o final da vida útil do ativo do direito de uso, ou até o término do prazo do arrendamento.

Na data de início, a Sociedade mensura o passivo de arrendamento ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Sociedade.

A Sociedade determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento, compreendem aos pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Sociedade alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

Arrendamentos de ativos de baixo valor e/ou de curto prazo

A Sociedade optou por não reconhecer arrendamentos de curto prazo (de até 12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor (de até R\$5), utilizando, portanto, as isenções previstas na norma. Para esses casos, os contratos são contabilizados como despesa operacional, diretamente no resultado do período, observando o regime de competência dos exercícios ao longo do prazo do arrendamento.

4.5 Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

O ativo imobilizado é mensurado ao custo de aquisição e/ou construção, deduzido das despesas de depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável, este último quando aplicável.

Notas Explicativas

Autopista Litoral Sul S.A.

Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos diretamente atribuíveis à aquisição e/ou construção, incluindo outros custos para colocar o ativo no local e em condições necessárias para que esses possam operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados.

Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, as taxas de depreciação estão divulgadas na nota explicativa nº 10, limitadas, quando aplicável, ao prazo de concessão. A depreciação é reconhecida no resultado.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

4.6 Outros ativos intangíveis

Reconhecimento e mensuração

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Sociedade e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Amortização

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados, as taxas de depreciação estão divulgadas na nota explicativa nº 11. A amortização é geralmente reconhecida no resultado.

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

4.7 Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis com vida útil definida

No fim de cada exercício, a Sociedade revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis, a fim de determinar se há indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar essa perda.

Por tratar-se de concessão, a Sociedade não estima o montante recuperável de um ativo individualmente, mas o montante recuperável de seus ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para alienação. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente por uma taxa que reflita, antes dos impostos, a avaliação atual de mercado, do valor da moeda no tempo e os riscos específicos da UGC.

Para as revisões das projeções, as principais premissas utilizadas, estão relacionadas à estimativa da quantidade de tráfego, aos índices que reajustam o preço das tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à sua elasticidade, custos operacionais, inflação, período projetivo da concessão, investimento de capital, taxas de descontos e taxa de crescimento do lucro antes dos impostos (*Earnings before Taxes* - EBT). No cálculo da taxa de desconto foi considerado o custo da dívida líquido de impostos e o custo de capital próprio ponderados pelo peso de cada um deles.

Notas Explicativas

Se o montante recuperável da UGC calculado for menor que seu valor contábil, ele é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado, uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada fim de exercício para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista.

4.8 Custos de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuídos diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso, são incluídos no custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso pretendido.

Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos e ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos qualificados para capitalização.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos em uma conta redutora e amortizados pelo tempo dos contratos.

4.9 Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Impostos correntes

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são registrados com base em saldos de prejuízos fiscais, bases de cálculo negativas da contribuição social e diferenças temporárias entre os livros fiscais e os contábeis. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

O imposto diferido não é reconhecido para:

- Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil-

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis

Notas Explicativas

Autopista Litoral Sul S.A.

relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Sociedade.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Para lucros tributáveis futuros, as premissas utilizadas são as mesmas praticadas nas revisões das projeções, e sempre relacionadas à estimativa da quantidade de tráfego, aos índices que reajustam o preço da tarifa, ao crescimento do PIB e à elasticidade da UGC, custos operacionais, inflação período projetivo da concessão, investimento de capital, taxas de descontos e taxa de crescimento do lucro antes dos impostos (*Earnings before Taxes* - EBT). No cálculo da taxa de desconto foi considerado o custo da dívida líquido de impostos e o custo de capital próprio ponderados pelo peso de cada um deles.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

4.10 Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

Provisão para investimentos

Provisão para investimentos: representam os gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais das concessões cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos e, portanto, reconhecidos como contrapartida do ativo intangível da concessão. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estima a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações (estimados para todo o período de concessão), e descontada por meio da aplicação da taxa média de 6,4% a.a. em 31 de dezembro de 2020 e de 2019. A Administração revisa a taxa de desconto periodicamente. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração tem como base a taxa de juros real livre de risco, uma vez que as projeções de fluxos das obrigações foram preparadas por seus valores reais em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 e não consideram riscos adicionais de fluxo de caixa.

Provisão para manutenção

Provisão para manutenção: representam os gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais das concessões relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estimam as saídas de recursos para fazer frente às respectivas obrigações. A taxa de desconto utilizada é de 3,66% a.a. em 31 de dezembro de 2020 (7,30% a.a. em 31 de dezembro de 2019). A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na taxa de juros real livre de risco.

Provisão para riscos tributários, cíveis, regulatórios e trabalhistas

A Sociedade é parte de processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais e administrativos, tributários, cíveis, trabalhistas e regulatórios para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação de advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões dos tribunais.

4.11 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Notas Explicativas

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação da relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

4.12 Receitas e despesas financeiras

Substancialmente representadas por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais, empréstimos e financiamentos, debêntures e passivo com credores pela concessão e efeitos dos ajustes a valor presente. A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos.

4.13 Demonstração do valor adicionado (DVA)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada e distribuída pela Sociedade durante determinado exercício e é apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações contábeis.

A DVA foi preparada a partir das informações contábeis que servem de base à preparação das demonstrações contábeis e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Sociedade, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre esta, as outras receitas e efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição dessa riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

4.14 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2020. A Sociedade não adotou essas normas na preparação destas demonstrações contábeis.

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis:

- (a) Contratos Onerosos – custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25)
- (b) Reforma da taxa de juros de referência - Fase 2 (alterações ao CPC48, CPC 38, CPC 40, CPC 11 e CPC 06)
- (c) Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06)
- (d) Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27).
- (e) Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15).
- (f) Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26).

Não há outras normas ou interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgado pela Sociedade.

5. CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Estão representados por:

Notas Explicativas

Autopista Litoral Sul S.A.

<u>Caixa e equivalentes de caixa</u>	<u>31.12.2020</u>	<u>31.12.2019</u>
Caixa e contas bancárias	4.259	2.969
Aplicações financeiras (*)	6.703	4.375
Total	10.962	7.344

<u>Aplicações financeiras</u>	<u>31.12.2020</u>	<u>31.12.2019</u>
Fundos de investimentos (**)	6.307	6.928
Total	6.307	6.928

(*) Cotas lastreadas em CDB, compromissadas, LFT e cotas de outros fundos de investimento lastreados por esses.

(**) Cotas lastreadas em NTN-B, NTN-F, LTN, LF e cotas de outros fundos de investimento lastreados por esses.

*Os recursos aplicados por meio de fundos de investimentos possuem liquidez imediata, estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, e possuem remuneração equivalente, na média de 84,4% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (96,7% em 31 de dezembro de 2019). Todos os recursos aplicados são mantidos com a finalidade de atender as necessidades de liquidez da Sociedade.

**As aplicações financeiras correspondem a títulos lastreados em NTN-B, NTN-F e LF, considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa, os quais são registrados pelo valor justo por meio de resultado, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

6. CONTAS A RECEBER

Estão representadas por:

	<u>31.12.2020</u>		<u>31.12.2019</u>	
	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>
Pedágio eletrônico a receber	21.381	-	15.173	-
Cupons de pedágio a receber	891	-	659	-
Cartões de pedágio a receber	201	-	126	-
Receitas acessórias a receber (a)	162	177	164	-
Outras receitas a receber	409	183	22	183
Total	23.044	360	16.144	183

(a) Receitas acessórias, principalmente dos contratos de oleodutos, gasodutos e derivados referente ao uso da faixa de domínio.

A Sociedade avalia a imparidade das contas a receber com base em: (a) experiência histórica de perdas por clientes e segmento; (b) avalia a situação do crédito do cliente (atual ou vencido); e (c) avalia individualmente item (a) e (b) para a avaliação de redução ao valor recuperável para fins de constituição de provisão de perda.

A Sociedade não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas esperada com recebíveis em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro 2019. O prazo médio de recebimento é de 30 dias, exceto pelas receitas acessórias que apresentam um período maior de recebimento conforme negociação de cada contrato referente ao uso da faixa de domínio da Sociedade.

Cronograma de recebimento:

Notas Explicativas

	<u>31.12.2020</u>	<u>31.12.2020</u>	<u>31.12.2019</u>	<u>31.12.2019</u>
	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>
Créditos a vencer	22.628	360	16.144	183
Créditos vencidos até 60 dias	175	-	-	-
Créditos vencidos de 61 a 90 dias	1	-	-	-
Créditos vencidos de 91 a 180 dias	240	-	-	-
	<u>23.044</u>	<u>360</u>	<u>16.144</u>	<u>183</u>

7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Conciliação entre a taxa efetiva e nominal do imposto de renda e a contribuição social

A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa nominal do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações do resultado referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 é como segue:

	<u>31.12.2020</u>	<u>31.12.2019</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(22.233)	(84.552)
Alíquota vigente	34%	34%
Expectativa de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente	7.559	28.748
Ajustes para a alíquota efetiva:		
Outras diferenças permanentes	(41)	(307)
Total	<u>7.518</u>	<u>28.441</u>
Imposto Contabilizado	7.518	28.441
Imposto de renda e contribuição social:		
Correntes	(4.337)	-
Diferido	<u>11.855</u>	<u>28.441</u>
	<u>7.518</u>	<u>28.441</u>
Alíquota efetiva de impostos	(34%)	(34%)

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Saldos patrimoniais estão representados por:

Notas Explicativas

Autopista Litoral Sul S.A.

	Imposto de renda e contribuição social diferido ativo	
	31.12.2020	31.12.2019
<u>Não circulante</u>		
<u>Diferenças temporárias ativas</u>		
Prejuízo fiscal e base negativa (a)	238.520	244.115
Provisão de participação nos lucros	2.192	2.745
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios (b)	13.218	8.597
Outras provisões	1.573	2.364
Provisão para manutenção de rodovias	124.932	96.499
Amortização acumulada de obras futuras	(1.139)	(2.653)
Ajuste dos encargos financeiros obras futuras	2.168	671
Ajuste dos encargos financeiros (<i>confirming</i>)	(5)	(44)
Arrendamentos - CPC 06 (R2)	220	802
Base de cálculo diferenças temporárias ativas	381.679	353.096
Alíquota nominal	34%	34%
Total	<u>129.771</u>	<u>120.053</u>
<u>Diferenças temporárias passivas</u>		
Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis - adoção Lei 12.973/14 (c)		
Diferenças de intangível e imobilizado líquidas	(114.281)	(114.281)
Amortização dos ajustes - mudança de práticas contábeis	37.572	31.281
Estorno de capitalização de juros	108	108
Amortização estorno de capitalização de juros	(29)	(24)
Base de cálculo diferenças temporárias passivas	(76.630)	(82.916)
Alíquota nominal	34%	34%
Total	<u>(26.054)</u>	<u>(28.191)</u>
Base do imposto de renda e contribuição social	<u>103.717</u>	<u>91.862</u>
Total do imposto de renda e contribuição social	<u>103.717</u>	<u>91.862</u>

Movimentos de resultados representados por:

	31.12.2020	31.12.2019
Prejuízo fiscal e base negativa	(5.595)	44.824
Provisão de participação nos lucros	(553)	(174)
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios	4.621	(3.170)
Outras provisões	(793)	1.727
Provisão para manutenção de rodovias	28.433	31.231
Amortização acumulada de obras futuras	1.514	1.435
Ajuste dos encargos financeiros obras futuras	1.497	1.373
Pis e Cofins s/receitas	-	(734)
Ajuste dos encargos financeiros (<i>confirming</i>)	39	52
Arrendamentos - CPC 06 (R2)	(582)	802
Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis - adoção Lei 12.973/14		
Amortização dos ajustes - mudança de práticas contábeis	6.291	6.291
Amortização estorno de capitalização de juros	(5)	(6)
Base de cálculo diferenças temporárias ativas	34.867	83.651
Alíquota nominal	34%	34%
Total	<u>11.855</u>	<u>28.441</u>
Total do imposto de renda e contribuição social	<u>11.855</u>	<u>28.441</u>

Notas Explicativas

- (a) Refere-se ao prejuízo fiscal e à base negativa de contribuição social, cuja possibilidade de compensação dos créditos tributários está suportada por projeções de resultados tributáveis futuros. A sua realização está atrelada a maturidade e plano de negócio da Sociedade, que prevê um ciclo longo para a realização dos prejuízos fiscais dos impostos de renda e bases negativas da contribuição social, uma vez que a sua realização é previsível até o final da concessão. Para lucros tributáveis futuros, as premissas utilizadas são: da quantidade de tráfego, aos índices que reajustam o preço da tarifa, ao crescimento do PIB e à sua elasticidade, custos operacionais, inflação, período projetivo da concessão, investimento de capital, taxas de descontos e taxa de crescimento do lucro antes dos impostos (*Earnings before Taxes* - EBT). No cálculo da taxa de desconto foi considerado o custo da dívida líquido de impostos e o custo de capital próprio ponderados pelo peso de cada um deles.
- (b) Refere-se a provisões para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios de reclamações pendentes de resoluções.
- (c) A partir de 1º de janeiro de 2015 a Sociedade congelou os saldos referentes às mudanças de práticas contábeis, adotando a Lei nº 12.973/14. Desta forma, passou a amortizar linearmente o saldo residual dos ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis até o final do período da concessão.

Os estudos técnicos de viabilidade da Sociedade, apresentam expectativa de geração de lucros tributáveis futuros que permitam a realização do ativo fiscal diferido.

A expectativa de recuperação dos créditos oriundos do prejuízo fiscal e da base negativa e o efetivo pagamento dos débitos tributários diferidos, indicados pelas projeções de resultado tributável, é como segue:

Exercício a findar-se em:

<u>Impostos diferidos</u>	Ativo não circulante
2024	1.516
2025	7.013
Após 2025	72.568
	<u>81.097</u>

Para a Sociedade, o prazo para a realização do imposto diferido reconhecido é previsível até o final da concessão.

8. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

A Sociedade mantém aplicações financeiras vinculadas no ativo não circulante para cumprir obrigações contratuais referentes a financiamentos. A seguir breve descrição dessas obrigações:

BNDES

A Sociedade deve depositar em conta de pagamento de instituição financeira 40% da arrecadação das praças de pedágio. Esses recursos são utilizados para pagamento do serviço da dívida (amortização do principal mais pagamentos de juros) e manutenção do mínimo obrigatório da conta de reserva. Após o cumprimento legal das obrigações contratuais os recursos excedentes são transferidos para conta corrente livre.

A Sociedade deve manter depositada em conta de reserva de instituição financeira, até a liquidação de todas as obrigações assumidas no contrato de financiamento com o BNDES.

Em 31 de dezembro de 2020 o saldo é de R\$31.212 (R\$28.742 em 31 de dezembro de 2019), aplicados em títulos públicos federais e títulos privados de emissão da instituição financeira, e essas aplicações foram remuneradas em média a 86,2% a.a. da variação do CDI (92,6% a.a. em 31 de dezembro de 2019).

Notas Explicativas

9. DIREITO DE USO

A movimentação de saldos do ativo direito de uso é evidenciada no quadro abaixo, conforme a classe de cada ativo:

	Guinchos (a)	Atendimento pré-hospitalar (b)	Veículos (c)	Veículos operacionais (d)	Computadores e periféricos (e)	Imóveis (f)	Outros (g)	Total
Custo direito de uso								
Saldo em 31.12.2019	24.098	4.041	855	989	687	502	462	31.634
Adições	17.017	-	1.118	-	-	1.468	77	19.680
Baixas	(24.097)	(741)	(1.144)	-	(542)	(753)	(537)	(27.814)
Saldo em 31.12.2020	<u>17.018</u>	<u>3.300</u>	<u>829</u>	<u>989</u>	<u>145</u>	<u>1.217</u>	<u>2</u>	<u>23.500</u>
Amortização acumulada								
Saldo em 31.12.2019	(5.355)	(1.256)	(570)	(360)	(332)	(464)	(358)	(8.695)
Amortização	(5.192)	(1.026)	(666)	(359)	(231)	(491)	(181)	(8.146)
Baixa	10.264	723	1.144	-	542	753	537	13.963
Saldo em 31.12.2020	<u>(283)</u>	<u>(1.559)</u>	<u>(92)</u>	<u>(719)</u>	<u>(21)</u>	<u>(202)</u>	<u>(2)</u>	<u>(2.878)</u>
Direito de uso líquido								
Saldo em 31.12.2019	18.743	2.785	285	629	355	38	104	22.939
Saldo em 31.12.2020	16.735	1.741	737	270	124	1.015	-	20.622
Taxas de amortização - a.a.	9%	15%	24%	18%	28%	15%	31%	

	Guinchos (a)	Atendimento pré-hospitalar (b)	Veículos (c)	Veículos operacionais (d)	Computadores e periféricos (e)	Imóveis (f)	Outros (g)	Total
Custo direito de uso								
Saldo em 31.12.2018	-	-	-	-	-	-	-	-
Adoção Inicial	24.098	4.041	855	989	687	502	462	31.634
Saldo em 31.12.2019	<u>24.098</u>	<u>4.041</u>	<u>855</u>	<u>989</u>	<u>687</u>	<u>502</u>	<u>462</u>	<u>31.634</u>
Amortização acumulada								
Saldo em 31.12.2018	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização	(5.355)	(1.256)	(570)	(360)	(332)	(464)	(358)	(8.695)
Saldo em 31.12.2019	<u>(5.355)</u>	<u>(1.256)</u>	<u>(570)</u>	<u>(360)</u>	<u>(332)</u>	<u>(464)</u>	<u>(358)</u>	<u>(8.695)</u>
Direito de uso líquido								
Saldo em 31.12.2018	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31.12.2019	18.743	2.785	285	629	355	38	104	22.939
Taxas de amortização - a.a.	22%	31%	67%	36%	48%	92%	78%	

- (a) Refere-se a locação de guinchos para operação na rodovia.
 (b) Refere-se a locação de ambulâncias para atendimento pré-hospitalar.
 (c) Refere-se a veículos administrativos.
 (d) Refere-se a veículos para inspeção de tráfego e outras atividades operacionais.
 (e) Refere-se a locação de computadores e impressoras.

Notas Explicativas

- (f) Refere-se a locação de sedes administrativas, pedreiras e terrenos.
 (g) Refere se a locação de cofres localizados nas praças de pedágio e um caminhão de plataforma elevatória.

10. IMOBILIZADO

A movimentação é como segue:

	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Veículos	Instalações, edifícios e dependências	Máquinas e equipamentos	Outras imobilizações	Imobilizado em andamento (a)	Total
<u>Custo do imobilizado</u>								
Saldo em 31.12.2019	1.103	2.503	798	330	2.384	329	2	7.449
Adições	7	744	38	-	52	-	6.054	6.895
Transferências/reclassificações (*)	-	-	-	-	-	-	212	212
Saldo em 31.12.2020	1.110	3.247	836	330	2.436	329	6.268	14.556
<u>Depreciação acumulada</u>								
Saldo em 31.12.2019	(840)	(1.016)	(561)	(255)	(1.099)	(202)	-	(3.973)
Depreciações	(74)	(430)	(134)	(46)	(191)	(14)	-	(889)
Saldo em 31.12.2020	(914)	(1.446)	(695)	(301)	(1.290)	(216)	-	(4.862)
<u>Imobilizado líquido</u>								
Saldo em 31.12.2019	263	1.487	237	75	1.285	127	2	3.476
Saldo em 31.12.2020	196	1.801	141	29	1.146	113	6.268	9.694
Taxas de depreciação - a.a.	10%	20%	20%	10%	10%	20%		

	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Veículos	Instalações, edifícios e dependências	Máquinas e equipamentos	Outras imobilizações	Imobilizado em andamento	Total
<u>Custo do imobilizado</u>								
Saldo em 31.12.2018	1.097	1.324	798	308	1.472	329	-	5.328
Adições	9	1.170	-	22	927	-	2	2.130
Transferências/reclassificações	(3)	9	-	-	(15)	-	-	(9)
Saldo em 31.12.2019	1.103	2.503	798	330	2.384	329	2	7.449
<u>Depreciação acumulada</u>								
Saldo em 31.12.2018	(755)	(744)	(432)	(236)	(939)	(162)	-	(3.268)
Depreciações	(85)	(272)	(129)	(19)	(160)	(40)	-	(705)
Saldo em 31.12.2019	(840)	(1.016)	(561)	(255)	(1.099)	(202)	-	(3.973)
<u>Imobilizado líquido</u>								
Saldo em 31.12.2018	342	580	366	72	533	167	-	2.060
Saldo em 31.12.2019	263	1.487	237	75	1.285	127	2	3.476
Taxas de depreciação - a.a.	10%	20%	20%	10%	10%	20%		

(*) O valor de transferência refere-se a um adiantamento a fornecedores originado na conta do Intangível.

(a) Imobilizado em andamento, refere-se a obras e serviços em andamento da Regional Sul, onde será a nova sede da Sociedade.

Notas Explicativas**11. INTANGÍVEL E INTANGÍVEL EM ANDAMENTO**

A movimentação é como segue:

	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	Software	Adiantamento fornecedores	Total do intangível	Intangível em andamento (b)	Total
<u>Custo do intangível</u>						
Saldo em 31.12.2019	1.981.300	7.663	12.970	2.001.933	1.412.829	3.414.762
Adições	124.549	892	223	125.664	281.495	407.159
Transferências/reclassificações (*)	2.657	-	(212)	2.445	(2.657)	(212)
Saldo em 31.12.2020	<u>2.108.506</u>	<u>8.555</u>	<u>12.981</u>	<u>2.130.042</u>	<u>1.691.667</u>	<u>3.821.709</u>
<u>Amortização acumulada</u>						
Saldo em 31.12.2019	(494.090)	(6.109)	-	(500.199)	-	(500.199)
Amortizações	(116.990)	(676)	-	(117.666)	-	(117.666)
Saldo em 31.12.2020	<u>(611.080)</u>	<u>(6.785)</u>	<u>-</u>	<u>(617.865)</u>	<u>-</u>	<u>(617.865)</u>
<u>Intangível líquido</u>						
Saldo em 31.12.2019	1.487.210	1.554	12.970	1.501.734	1.412.829	2.914.563
Saldo em 31.12.2020	1.497.426	1.770	12.981	1.512.177	1.691.667	3.203.844
Taxas de amortização - a.a. (c)	6%	20%				

(*) O valor de adiantamento a fornecedores transferido para o imobilizado.

Notas Explicativas

	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	Software	Adiantamento fornecedores	Total do intangível	Intangível em andamento (b)	Total
<u>Custo do intangível</u>						
Saldo em 31.12.2018	1.847.634	6.985	21.140	1.875.759	1.191.682	3.067.441
Adições	71.538	669	(2.973)	69.234	278.532	347.766
Transferências/reclassificações	62.582	9	(5.197)	57.394	(57.385)	9
Alienações/baixas	(454)	-	-	(454)	-	(454)
Saldo em 31.12.2019	<u>1.981.300</u>	<u>7.663</u>	<u>12.970</u>	<u>2.001.933</u>	<u>1.412.829</u>	<u>3.414.762</u>
<u>Amortização acumulada</u>						
Saldo em 31.12.2018	(387.646)	(5.394)	-	(393.040)	-	(393.040)
Amortizações	(106.512)	(715)	-	(107.227)	-	(107.227)
Alienações/baixas	68	-	-	68	-	68
Saldo em 31.12.2019	<u>(494.090)</u>	<u>(6.109)</u>	<u>-</u>	<u>(500.199)</u>	<u>-</u>	<u>(500.199)</u>
<u>Intangível líquido</u>						
Saldo em 31.12.2018	1.459.988	1.591	21.140	1.482.719	1.191.682	2.674.401
Saldo em 31.12.2019	1.487.210	1.554	12.970	1.501.734	1.412.829	2.914.563
Taxas de amortização - a.a. (c)	6%	20%				

Notas Explicativas

- (a) Refere-se a obras e serviços realizados nas rodovias, tais como pavimentação, duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros, sendo amortizados linearmente até o final do período da concessão.
- (b) Intangível em andamento, refere-se a obras e serviços em andamento nas rodovias, conforme previstos no contrato de concessão, estes ativos possuem características de ativo de contratos e a política da Sociedade é divulgá-los em conjunto com os demais ativos intangíveis. Sendo como principais natureza duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros. Sendo como principal natureza a construção o Contorno de Florianópolis.
- (c) Amortizado linearmente até o prazo da concessão, o qual não excede a vida útil dos bens individualizados.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Sociedade capitalizou o montante de R\$55.755 (R\$61.869 em 31 de dezembro de 2019) de custos de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis como parte do custo dos intangíveis e intangíveis em andamento. A taxa média de capitalização, em relação ao valor dos principais das dívidas, em 2020 foi de 12,59% a.a. e em 2019 12,89% a.a., do total de juros provisionados no exercício.

Análise de impairment

A Administração preparou as projeções de fluxo de caixa descontado da Sociedade, classificada como única UGC em operação, e concluiu que não há necessidade de constituição de provisão para *impairment* dos ativos intangíveis em 31 de dezembro de 2020.

Para as revisões das projeções, as principais premissas utilizadas, estão relacionadas à estimativa da quantidade de tráfego, aos índices que reajustam o preço das tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à sua elasticidade, custos operacionais, inflação, período projetivo da concessão, investimento de capital, taxas de descontos e taxa de crescimento do lucro antes dos impostos (*Earnings before Taxes - EBT*). No cálculo da taxa de desconto foi considerado o custo da dívida líquido de impostos e o custo de capital próprio ponderados pelo peso de cada um deles.

A Sociedade vem acompanhando esta projeção com o realizado de 31 de dezembro de 2020 e concluiu que não possui qualquer indicativo para constituição de provisão de *impairment*.

12. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

A composição dos financiamentos é como segue:

Moeda	Modalidade	Taxa de juros efetiva	Vencimento	Garantia	31.12.2020	31.12.2019
Real	Financiamento de investimentos (BNDES)	TJLP+2,32%a.a.	jun/26	Cessão direitos creditórios, penhor 100% das ações e cessão dos direitos emergentes	431.021	451.370
Real	Financiamento de investimentos (BNDES)	TJLP	jun/26	Cessão direitos creditórios, penhor 100% das ações e cessão dos direitos emergentes	2.868	3.011
Real	Risco sacado	1,33% a.m.	Até 60 dias	Aval acionistas	2.073	3.245
					<u>435.962</u>	<u>457.626</u>
				Custo de transação	(4.765)	(5.541)
				Total Geral	<u>431.197</u>	<u>452.085</u>
				Circulante	83.903	70.037
				Não circulante	<u>347.294</u>	<u>382.048</u>
				Total	431.197	452.085

Estão representados por:

Notas Explicativas

Autopista Litoral Sul S.A.

Moeda nacional	31.12.2020			31.12.2019		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldo inicial	70.813	386.813	457.626	68.429	451.776	520.205
Captações/Renovações	16.996	-	16.996	24.607	-	24.607
Juros provisionados	30.879	-	30.879	39.734	-	39.734
Amortização de principal	(54.008)	-	(54.008)	(88.505)	-	(88.505)
Pagamento de juros	(15.570)	-	(15.570)	(38.466)	-	(38.466)
Transferência	35.530	(35.530)	-	64.963	(64.963)	-
AVP/Risco sacado	39	-	39	51	-	51
	<u>84.679</u>	<u>351.283</u>	<u>435.962</u>	<u>70.813</u>	<u>386.813</u>	<u>457.626</u>
Custo de transação	(776)	(3.989)	(4.765)	(776)	(4.765)	(5.541)
Saldo final	<u>83.903</u>	<u>347.294</u>	<u>431.197</u>	<u>70.037</u>	<u>382.048</u>	<u>452.085</u>

Em 30 de dezembro de 2020 o saldo de R\$2.073 (R\$3.245 em 31 de dezembro de 2019) refere-se ao contrato firmado com o Banco Santander S.A. para estruturar, com seus principais fornecedores, a operação denominada "risco sacado". Nessa operação, os fornecedores transferem o direito de recebimento dos títulos emitidos contra a Sociedade para a instituição financeira que, por sua vez, passará a ser credora da operação. Esse contrato possui limite de R\$20.000 e taxa média de 1,33% ao mês.

Em 31 de dezembro de 2020, as parcelas de longo prazo relativas aos financiamentos apresentam os seguintes vencimentos:

<u>Ano de vencimento</u>	
2022	86.991
2023	92.956
2024	99.330
2025	55.622
Após 2025	<u>16.384</u>
Total	<u><u>351.283</u></u>

Os contratos de financiamento dos investimentos de longo prazo com o BNDES possuem cláusulas que, se descumpridas, podem implicar vencimento antecipado. As principais são:

- 1) Não devem realizar distribuição de dividendos acima do mínimo obrigatório, pagamento de juros sobre o capital próprio, pagamento de juros dos mútuos, ou amortização de principal desses mútuos quando:
 - a) o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD for inferior a 1,3, o qual será calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$ICSD = \left(\frac{\text{Geração de Caixa da Atividade}}{\text{Serviço da Dívida}} \right)$$

Onde:

Geração de Caixa da Atividade	Serviço da Dívida	EBITDA
(+) EBITDA	(+) Amortização de principal	(+) Lucro líquido
(-) Imposto de renda	(+) Pagamentos de juros	(+) Despesa/receita financeira líquida
(-) Contribuição social		(+) Depreciações e amortizações
		(+) Provisão para imposto de renda e contribuição social
		(+) Outras despesas/receitas líquidas não operacionais (*)

(*) Não existem saldos considerados como outras despesas e receitas não operacionais

b) a relação entre "Patrimônio Líquido" e "Passivo Total" for inferior a 20% (vinte por cento).

- 2) Manter uma relação mínima de 20% (vinte por cento) entre "Patrimônio Líquido" e "Passivo Total".

Notas Explicativas

- 3) Não apresentar saldo devedor que represente mais de 15% (quinze por cento) da Receita Bruta auferida no exercício anual anterior. Exclusivamente para o fim de verificação adotam-se as seguintes definições:

Receita Bruta: receita bruta apurada conforme a legislação contábil vigente, auferida no exercício anual anterior.

Saldo devedor: saldo de dívidas contratadas e efetivamente tomadas junto a terceiros, incluindo principal, juros e todos os demais encargos, estando excluídos desse cômputo os valores referentes:

- i) À contratação de financiamentos cuja finalidade seja exclusivamente a aquisição de equipamentos para a operação da Emissora;
- ii) Aos mútuos concedidos à Emissora por qualquer acionista, desde que a taxa de juros não esteja superior a 2% (dois por cento) acima do CDI (Certificado de Depósito Interbancário, divulgado pela CETIP) ou 8% (oito por cento) acima do IPCA, conforme o indexador da taxa de juros do contrato de mútuo; e
- iii) Ao saldo devedor referente ao crédito decorrente dos contratos de financiamento junto ao BNDES e dos demais contratos de financiamento cujo BNDES tenha autorizado previamente.

A Sociedade está cumprindo às cláusulas restritivas contábeis e financeiras mencionadas acima, na data das demonstrações contábeis.

13. FORNECEDORES E CAUÇÕES CONTRATUAIS

Em 31 de dezembro de 2020 o saldo de R\$25.011 (R\$33.202 em 31 de dezembro de 2019) refere-se a fornecedores e prestadores de serviços. O saldo de R\$25.693 (R\$20.704 em 31 de dezembro de 2019) refere-se a cauções contratuais de fornecedores e prestadores de serviços registrados de acordo com as condições estabelecidas em contrato prevendo retenção de 5% do valor dos serviços. Esses saldos estão relacionados predominantemente à concessão e incluem gastos com itens do imobilizado e execução de obras na rodovia.

14. ARRENDAMENTO MERCANTIL A PAGAR

A movimentação de saldos de arrendamento mercantil a pagar é apresentada no quadro abaixo:

	31.12.2020			31.12.2019		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldo inicial	6.809	16.932	23.741	-	-	-
Adições/Reversão	4.465	15.214	19.679	11.312	20.322	31.634
Utilização (*)	(13.684)	(9.680)	(23.364)	(9.882)	-	(9.882)
Ajuste a valor presente - AVP	785	-	785	1.989	-	1.989
Transferência	6.990	(6.990)	-	3.390	(3.390)	-
	<u>5.365</u>	<u>15.476</u>	<u>20.841</u>	<u>6.809</u>	<u>16.932</u>	<u>23.741</u>

(*) Das utilizações, os pagamentos efetuados no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, referentes aos arrendamentos realizados, foram de R\$23.124 (R\$9.063 em 31 de dezembro de 2019).

A Sociedade revisa a taxa de desconto periodicamente, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 a taxa média é de 8,42% a.a.. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Sociedade tem como base a taxa de crédito da companhia excluído o financiamento do BNDES.

Em 31 de dezembro de 2020, as parcelas de longo prazo relativas aos arrendamentos apresentavam os seguintes vencimentos:

Notas Explicativas

Autopista Litoral Sul S.A.

<u>Ano de vencimento</u>	
2022	8.016
2023	3.700
2024	3.665
2024	9
Após 2024	86
	<u>15.476</u>

Em 31 de dezembro de 2020, as despesas relativas a pagamentos não incluídos na mensuração dos passivos de arrendamentos é como segue:

	31.12.2020		31.12.2019	
	<u>Contratos com prazo inferior a 12 meses</u>	<u>Contratos de baixo valor (de até R\$5)</u>	<u>Contratos com prazo inferior a 12 meses</u>	<u>Contratos de baixo valor (de até R\$5)</u>
Veículos operacionais	225	-	127	-
	<u>225</u>	<u>-</u>	<u>127</u>	<u>-</u>

15. PARTES RELACIONADAS

As transações com a controladora e demais partes relacionadas são relativas a contratos de serviços de construção, execução de obras, despesas administrativas, mútuos e debêntures para capital de giro.

Os saldos e transações realizadas referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, com a controladora e partes relacionadas, com as quais ocorreram operações, estão demonstrados a seguir:

Notas Explicativas

<u>Ativo circulante</u>	<u>31.12.2020</u>	<u>31.12.2019</u>
<u>Controladora / Outras Partes Relacionadas</u>		
Contas a receber:		
Planalto Sul S.A. (a)	359	-
Régis Bittencourt S.A. (a)	630	-
Latina Manutenção de Rodovias Ltda. (a)	-	2
Contas a receber de partes relacionadas circulante	989	2
Total parte relacionada no ativo circulante	989	2
<u>Passivo circulante</u>	<u>31.12.2020</u>	<u>31.12.2019</u>
<u>Controladora / Outras Partes Relacionadas</u>		
Contas a pagar:		
Arteris S.A.- controladora (a)	5.459	2.515
Planalto Sul S.A. (a)	86	181
Régis Bittencourt S.A. (a)	127	53
Latina Manutenção de Rodovias Ltda. (d)	9.976	16.116
Passivos com partes relacionadas circulante	15.648	18.865
Total do passivo circulante	15.648	18.865
<u>Passivo não circulante</u>	<u>31.12.2020</u>	<u>31.12.2019</u>
Mútuos a pagar:		
Arteris S.A.- controladora (c)	644.116	622.030
Debêntures a pagar:		
Arteris S.A.- controladora (b)	930.463	669.785
Empréstimos partes relacionadas não circulante	1.574.579	1.291.815
Total do passivo não circulante	1.574.579	1.291.815

	31.12.2020		31.12.2019	
	Despesas financeiras (b)/(c)	Despesas gerais (a)	Despesas financeiras (b)/(c)	Despesas gerais (a)
<u>Contas de Resultado:</u>				
<u>Controladora</u>				
Arteris S.A.	(57.723)	(16.961)	(79.446)	(20.890)
Juros Capitalizados (*)	33.703	-	39.434	-
<u>Outras partes relacionadas</u>				
Planalto Sul S.A.	-	(110)	-	(68)
Régis Bittencourt S.A.	-	(892)	-	(752)
Latina Manutenção de Rodovias Ltda.	-	-	-	(876)
Total	(24.020)	(17.963)	(40.012)	(22.586)

(*) Referem-se a juros de dívidas com partes relacionadas que foram capitalizados.

- (a) Referem-se a despesas administrativas pagas por outras partes relacionadas, que serão reembolsadas, como por exemplo aluguel, gastos corporativos com a Sociedade, dentre outras, com vencimento médio de 45 dias.

Notas Explicativas

Autopista Litoral Sul S.A.

- (b) Decorrentes da 2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª, 7ª e 8ª emissões de debêntures série única não conversíveis em ações celebradas com a Arteris S.A. para execução do plano de investimentos da Sociedade. Os referidos títulos serão remunerados a uma taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI acrescentado do “spread” de 1,4% ao ano para a 2ª emissão; 1% para a 6ª, 7ª e 8ª emissão; e de 1,5% ao ano para as demais, com vencimento do principal e dos juros, conforme tabela a seguir. Em 5 de novembro de 2020, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária a emissão de 10.500 debêntures nominativas e não conversíveis, da espécie subordinada, todas com valor nominal unitário R\$10.000 no valor total da emissão de R\$105.000, na data de emissão das debêntures, sendo que até o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 do total de debêntures emitidas foram integralizadas o montante de R\$37.700. Os juros apresentados na demonstração do resultado estão líquidos dos juros capitalizados.

Data da Liberação	Vencimento	Encargos	31.12.2020		31.12.2019	
			Valor do principal	Juros	Valor do principal	Juros
01.04.2015	31.12.2024	CDI + 1,40% a.a.	30.000	18.657	30.000	16.877
28.04.2015	31.12.2024	CDI + 1,50% a.a.	122.518	74.721	122.518	67.342
03.07.2015	31.12.2024	CDI + 1,50% a.a.	20.000	11.599	20.000	10.419
19.08.2015	31.12.2024	CDI + 1,50% a.a.	30.000	16.594	30.000	14.858
21.05.2018	31.12.2024	CDI + 1,00% a.a.	280.000	23.108	280.000	13.570
19.11.2019	31.12.2024	CDI + 1,00% a.a.	260.000	5.472	64.000	201
05.11.2020	31.12.2024	CDI + 1,00% a.a.	37.700	94	-	-
			<u>780.218</u>	<u>150.245</u>	<u>546.518</u>	<u>123.267</u>

- (c) Contratos de mútuo passivo obtidos para financiamento das operações da Sociedade, com taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI mais 1,037% a 1,70% ao ano com vencimentos de juros e principal em dezembro de 2024, conforme demonstrados a seguir. Os juros apresentados na demonstração do resultado estão líquidos dos juros capitalizados.

Data da Liberação	Vencimento	Encargos	31.12.2020		31.12.2019	
			Valor do principal	Juros	Valor do principal	Juros
04.09.2008	01.12.2024	CDI + 1,037%a.a.	4.000	6.635	4.000	6.300
17.09.2008	01.12.2024	CDI + 1,037%a.a.	5.000	8.294	5.000	7.875
25.09.2008	01.12.2024	CDI + 1,037%a.a.	2.000	3.317	2.000	3.150
06.10.2008	01.12.2024	CDI + 1,037%a.a.	8.000	13.270	8.000	12.600
27.10.2008	01.12.2024	CDI + 1,037%a.a.	6.000	9.953	6.000	9.450
05.11.2008	01.12.2024	CDI + 1,037%a.a.	10.000	16.588	10.000	15.750
27.11.2008	01.12.2024	CDI + 1,037%a.a.	10.000	16.588	10.000	15.750
05.12.2008	01.12.2024	CDI + 1,037%a.a.	5.000	8.294	5.000	7.875
19.12.2008	01.12.2024	CDI + 1,04% a.a.	17.000	28.200	17.000	26.774
10.06.2013	01.12.2024	CDI + 1,70% a.a.	15.000	14.062	15.000	12.986
10.09.2013	01.12.2024	CDI + 1,70% a.a.	30.000	26.914	30.000	24.808
08.10.2013	01.12.2024	CDI + 1,70% a.a.	35.000	30.974	35.000	28.533
24.01.2014	01.12.2024	CDI + 1,40% a.a.	40.000	32.023	40.000	29.535
05.03.2014	01.12.2024	CDI + 1,40% a.a.	25.000	19.553	25.000	18.014
01.04.2014	01.12.2024	CDI + 1,40% a.a.	30.000	23.093	30.000	21.259
09.05.2014	01.12.2024	CDI + 1,40% a.a.	35.000	26.332	35.000	24.213
20.06.2014	01.12.2024	CDI + 1,40% a.a.	20.000	14.649	20.000	13.452
02.03.2015	01.12.2024	CDI + 1,40% a.a.	30.000	18.377	30.000	16.706
			<u>327.000</u>	<u>317.116</u>	<u>327.000</u>	<u>295.030</u>

Passivos Circulante e Não Circulante	31.12.2020			31.12.2019		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldo inicial	-	1.291.815	1.291.815	877.495	131.491	1.008.986
Captações	-	233.700	233.700	-	215.300	215.300
Juros provisionados	12.229	45.494	57.723	33.766	45.680	79.446
IR recuperar	(1.834)	(6.825)	(8.659)	(5.066)	(6.851)	(11.917)
Transferências	(10.395)	10.395	-	(906.195)	906.195	-
Saldo final	-	1.574.579	1.574.579	-	1.291.815	1.291.815

- (d) Refere-se a adiantamentos e prestação de serviços direcionados à manutenção e conservação da malha rodoviária concedida para a Sociedade, com regime de contratação por preço contratual, fixo e reajustes conforme variação do índice IPCA a partir do 13º mês, vigência de 01 de janeiro de 2020 a 31 de dezembro de 2020.

Notas Explicativas

Além das operações anteriormente mencionadas, a Latina Manutenção realizou em 31 de dezembro de 2020 obras exclusivamente na rodovia, registradas no intangível da Sociedade, no valor de R\$24.227 (R\$19.021 em 31 de dezembro de 2019).

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 a Sociedade reconheceu, respectivamente, o montante de R\$461 a título de remuneração e encargos de seus administradores incluídos os encargos, adicionado de R\$3.311 relativo ao rateio da “ *Holding* ”, que totaliza R\$3.772 (R\$473, R\$2.759 e R\$3.232, respectivamente, em 31 de dezembro de 2019). Os administradores estão sujeitos a remuneração por participação nos resultados de acordo com suas métricas, conforme proposta da Administração aprovada em ata de Assembleia Geral Ordinária, sendo a remuneração global anual sem encargos de até R\$ 550.

Os administradores não obtiveram ou concederam empréstimos à Sociedade e a suas partes relacionadas, tampouco possuem benefícios indiretos, benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo, benefícios de rescisão de contrato de trabalho e remuneração baseada em ações.

Em relação às transações realizadas com partes relacionadas, essas transações são submetidas ao Conselho de Administração para aprovação, nos termos do Estatuto Social. As operações e os negócios celebrados pela Sociedade com partes relacionadas estão sujeitos aos encargos financeiros descritos anteriormente, que são compatíveis com as taxas praticadas no mercado.

16. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Sociedade concede a seus empregados Programa de Participação nos Resultados - PPR anual. O cálculo desta participação baseia-se no alcance de metas empresariais e objetivos específicos, estabelecidos, aprovados e divulgados no início de cada exercício e seu pagamento é efetuado no exercício seguinte conforme mensuração do atingimento das metas e dos objetivos. Durante o exercício corrente as provisões contábeis são apuradas mensalmente em bases estimadas e apropriadas ao resultado, tendo como contrapartida as obrigações sociais. Os saldos de provisão para o PPR registrados em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, respectivamente, na rubrica “Obrigações sociais” são de R\$2.192 e R\$2.745.

Participam do programa anual todos os empregados ativos e empregados desligados para o período que trabalharam durante o exercício social. No caso de empregados desligados participam aqueles com desligamento sem justa causa.

O cálculo da participação baseia-se em metas empresariais e objetivos específicos sobre os quais são atribuídos pesos conforme tabelas específicas. As metas, os objetivos e os pesos, resumem-se principalmente em cumprimento do orçamento de despesas e receitas e *Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization* - EBITDA, além de avaliações individuais baseadas em competência técnica e comprometimento com a qualidade.

A Sociedade provê a seus empregados benefícios de assistência médica, reembolso odontológico e seguro de vida, enquanto permanecem com vínculo empregatício. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos empregados de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. Esses benefícios são registrados como custos ou despesas quando incorridos.

17. PROVISÕES

(a) Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios

A movimentação do saldo dos riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 é conforme segue:

Notas Explicativas

Autopista Litoral Sul S.A.

	31.12.2019	Adições	Reversões	Pagamentos	Encargos	31.12.2020
Cíveis	506	5.457	(709)	(3.125)	-	2.129
Trabalhistas	620	1.585	(721)	(712)	-	772
Regulatório	7.471	-	(314)	-	3.160	10.317
Total	8.597	7.042	(1.744)	(3.837)	3.160	13.218
	31.12.2018	Adições	Reversões	Pagamentos	Encargos	31.12.2019
Cíveis	489	2.088	(607)	(1.464)	-	506
Trabalhistas	2.287	1.781	(1.035)	(2.413)	-	620
Regulatório	8.991	14	(1.534)	-	-	7.471
Total	11.767	3.883	(3.176)	(3.877)	-	8.597

A Sociedade é parte em processos regulatórios administrativos movidos pela ANTT. Periodicamente a Sociedade realiza revisões técnicas e jurídicas nesses processos, visando avaliar e mensurar os potenciais riscos existentes. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, a Sociedade provisionou processos cuja probabilidade de perda foi classificada como provável por seus assessores jurídicos totalizando os valores de R\$10.317 e R\$7.471, respectivamente. Existem ainda outros processos com a ANTT cuja probabilidade de perda é possível de acordo com os assessores jurídicos da Sociedade e que sumarizam em 31 de dezembro de 2020 o montante de R\$18.497 (R\$14.595 em 31 de dezembro de 2019).

Adicionalmente, a Sociedade é parte em processos cíveis, trabalhistas, ambientais e fiscais ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível por seus advogados, para os quais não foram constituídas provisões. Tais processos estão representados abaixo:

Possíveis	31.12.2020	31.12.2019
Cíveis (*)	7.544	6.378
Trabalhistas	965	401
Ambiental	2.829	2.689
Fiscal	2.349	-
Total	13.687	9.468

(*) Os processos possíveis classificados como cíveis decorrem em sua maioria da operação da rodovia, os principais tratam de ações referentes a acessos a rodovia, faixa de domínio, objetos e animais na pista, etc.

Os depósitos judiciais no montante de R\$61.744 em 31 de dezembro de 2020 (R\$65.580 em 31 de dezembro de 2019) classificados no ativo não circulante referem-se a discussões judiciais para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco de perda ser classificado como possível ou remoto. Esse saldo é composto em sua maioria por indenizações para desapropriações de obras e relativos a autos de infrações impostos pela ANTT.

(b) Provisão para manutenção

A provisão para manutenção é calculada com base nos fluxos de caixa futuros estimados descontados a valor presente pela taxa de desconto de 3,66% a.a., considerando os valores da próxima intervenção, de acordo com o contrato de concessão o ciclo é de 4 anos.

(c) Provisão para investimento

A provisão para investimentos é calculada com base nos fluxos de caixa futuros estimados de gastos na construção e melhoria de rodovias até o final da concessão, descontado a valor presente pela taxa de desconto de 6,4% a.a..

A movimentação do saldo das provisões para manutenção e investimentos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 é conforme segue:

Notas Explicativas

	Circulante		Não circulante		Total	
	Manutenção em rodovia	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia	Investimentos em rodovia
Saldo em 31.12.2019	60.288	23.500	36.211	23.500	96.499	
Adições/Reversões	14.368	-	55.002	-	69.370	
Utilizações	(46.881)	-	-	-	(46.881)	
Ajuste a valor presente	16	1.497	5.928	1.497	5.944	
Transferências	40.710	-	(40.710)	-	-	
Saldo em 31.12.2020	<u>68.501</u>	<u>24.997</u>	<u>56.431</u>	<u>24.997</u>	<u>124.932</u>	

	Circulante		Não circulante		Total	
	Manutenção em rodovia	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia	Investimentos em rodovia
Saldo em 31.12.2018	38.540	21.287	26.729	21.287	65.269	
Adições/Reversões	62.678	839	38.067	839	100.745	
Utilizações	(76.122)	-	-	-	(76.122)	
Ajuste a valor presente	4.087	1.374	2.520	1.374	6.607	
Transferências	31.105	-	(31.105)	-	-	
Saldo em 31.12.2019	<u>60.288</u>	<u>23.500</u>	<u>36.211</u>	<u>23.500</u>	<u>96.499</u>	

Os pagamentos efetuados no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 referentes às manutenções realizadas foram de R\$50.346 (R\$73.612 em 31 de dezembro de 2019).

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social

O capital social subscrito em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é de R\$1.497.996, composto por 1.432.019.209 ações ordinárias e sem valor nominal. O capital social integralizado em 31 de dezembro de 2020 é de R\$1.347.796 (R\$1.317.796 em 31 de dezembro de 2019), que representam 1.275.560.876 ações (1.244.310.876 em 31 de dezembro de 2019). Em 06 de março de 2019, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o aumento de capital da Sociedade no valor de R\$210.000, mediante a emissão de 218.750.000 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, integralizados R\$29.800 em dinheiro até 31 de dezembro de 2019, e R\$30.000 em dinheiro até 31 de dezembro de 2020, havendo um saldo a integralizar de R\$150.200.

Cada ação tem direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

Reserva legal e retenção de lucros

O estatuto social da Sociedade prevê que o lucro líquido do exercício, após a destinação da reserva legal, na forma da lei, poderá ser destinado à reserva para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais, retenção de lucros prevista em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas ou reserva de lucros a realizar, observado o Artigo 198 da Lei nº 6.404/76.

Distribuição de dividendos

O estatuto social da Sociedade prevê a distribuição de, no mínimo, dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

A proposta de distribuição de dividendos efetuada pela Administração da Sociedade que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica “Dividendos propostos” por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Sociedade.

Os juros sobre capital próprio são reconhecidos como distribuição de lucros, uma vez que têm a característica de um dividendo para efeito de apresentação nas demonstrações contábeis. O valor dos juros é calculado como uma porcentagem do patrimônio líquido da Sociedade, usando a Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, estabelecida pelo governo brasileiro, conforme exigência legal. Estão limitados a 50% do lucro líquido do exercício ou 50% do saldo acumulado de lucros retidos em exercícios anteriores, o que for maior. Sobre o valor calculado dos juros sobre

Notas Explicativas

Autopista Litoral Sul S.A.

capital próprio é devido o Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF, calculado à alíquota de 15%. Adicionalmente, conforme permitido pela Lei nº 9.249/95, a referida remuneração é considerada como dedutível para fins de imposto de renda e contribuição social.

19. RECEITAS

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado no exercício é como segue:

<u>Receitas operacionais</u>	<u>31.12.2020</u>	<u>31.12.2019</u>
Receita de serviços prestados	376.632	357.701
Receita de serviços de construção - ICPC 01 (R1)	350.289	292.569
Receitas acessórias	4.900	4.941
Receita bruta	<u>731.821</u>	<u>655.211</u>
<u>Impostos sobre receitas operacionais</u>		
ISSQN	(19.050)	(18.096)
PIS	(2.392)	(2.201)
COFINS	(11.078)	(10.161)
Outras deduções	(276)	(47)
Deduções das receitas brutas	<u>(32.796)</u>	<u>(30.505)</u>
Receita líquida	<u><u>699.025</u></u>	<u><u>624.706</u></u>

20. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

Estão representados por:

	<u>31.12.2020</u>	<u>31.12.2019</u>
Custos:		
Com pessoal	(24.489)	(23.747)
Serviços de terceiros	(27.433)	(28.119)
Conservação	(17.379)	(19.346)
Manutenção e conservação de móveis e imóveis	(4.430)	(4.450)
Consumo	(8.120)	(7.960)
Transportes	(3.597)	(3.953)
Verba de fiscalização	(12.756)	(12.248)
Recursos para desenvolvimento tecnológico	1.022	(1.313)
Seguros / Garantias	(3.277)	(3.114)
Provisão de manutenção em rodovias	(69.370)	(100.745)
Custos de serviços da construção	(350.289)	(292.569)
Depreciação / Amortização	(125.484)	(116.244)
Outros	(1.913)	(2.525)
Total	<u>(647.515)</u>	<u>(616.333)</u>

Notas Explicativas

	<u>31.12.2020</u>	<u>31.12.2019</u>
Despesas gerais e administrativas:		
Com pessoal	(10.418)	(11.664)
Serviços de terceiros	(4.879)	(4.317)
Manutenção de bens e conservação	(1.549)	(1.092)
Consumo	(1.336)	(1.382)
Transportes	(433)	(270)
Seguros/Garantias	(71)	(12)
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios	(5.298)	(707)
Comunicação e marketing	(345)	(659)
Indenizações à terceiros	71	(42)
Publicações legais	(244)	(185)
Depreciação / Amortização	(1.217)	(1.025)
Outros	(1.353)	(2.133)
Total	<u>(27.072)</u>	<u>(23.488)</u>

21. RESULTADO FINANCEIRO

Está representado por:

	<u>31.12.2020</u>	<u>31.12.2019</u>
Receitas financeiras:		
Aplicações financeiras	901	2.099
Créditos fiscais (a)	1.434	291
Outras receitas	11	32
Total	<u>2.346</u>	<u>2.422</u>
	<u>31.12.2020</u>	<u>31.12.2019</u>
Despesas financeiras:		
Encargos financeiros (*)	(32.847)	(57.321)
Encargos financeiros – ajuste a valor presente	(8.265)	(10.021)
Outras despesas	(5.198)	(1.920)
Total	<u>(46.310)</u>	<u>(69.262)</u>
	<u>31.12.2020</u>	<u>31.12.2019</u>
Variação cambial líquida:		
Variação cambial	(118)	(30)
Total	<u>(118)</u>	<u>(30)</u>

(a) Créditos fiscais na atualização de impostos a recuperar e recuperação de créditos com PIS e a COFINS. A partir de 01.07.2015, as alíquotas do PIS e COFINS sobre receitas financeiras, inclusive decorrentes de operações realizadas para fins de hedge, auferidas pelas pessoas jurídicas sujeitas ao regime de apuração não-cumulativa das referidas contribuições, serão de 0,65% e 4%, respectivamente, de acordo com o Decreto Nº 8.426, de 1º de Abril de 2015. Porém após a Instrução Normativa RFB Nº 1731, de 22 de agosto de 2017, as tributações destes impostos não se aplicam a companhias de concessões rodoviárias, que após apresentação dos Pedidos Eletrônicos de Restituição, Ressarcimento ou Reembolso e Declaração de Compensação (PER/DCOMP), gerou o crédito fiscal estornando os impostos já reconhecidos.

(*) Do total de R\$88.602 referente a juros de empréstimos, financiamentos e debêntures (R\$119.180 em 31 de dezembro de 2019), o valor de R\$55.755 (R\$61.859 em 31 de dezembro de 2019) foi capitalizado e reconhecido como adição de intangível no fluxo de caixa.

Notas Explicativas

Autopista Litoral Sul S.A.

22. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Informações suplementares

	<u>31.12.2020</u>	<u>31.12.2019</u>
Total das adições de intangível e intangível em andamento	407.159	347.766
Total das adições de imobilizado	6.895	2.130
Juros capitalizados - mútuos	(33.703)	(39.434)
Juros capitalizados - financiamentos	<u>(22.052)</u>	<u>(22.425)</u>
	<u>358.299</u>	<u>288.037</u>
Aquisição (adições)	(358.299)	(288.037)
Depósitos judiciais para desapropriação	3.861	(17.031)
Fornecedores	(3.977)	15.551
Obrigações fiscais	2.416	577
Contas a pagar - partes relacionadas	(11.697)	16.504
Cauções contratuais	7.221	7.097
Realização manutenção ICPC 01 em rodovias	<u>(46.881)</u>	<u>(75.283)</u>
Total dos fluxos de caixa na compra de intangível e intangível em andamento	<u>(407.356)</u>	<u>(340.622)</u>
Transações de investimentos e financiamentos que envolvem caixa:		
Pagamento de períodos anteriores menos valores a pagar no período, que não afetaram as adições das notas de imobilizado e intangível	(49.057)	(52.585)

23. PREJUÍZO POR AÇÃO

O cálculo básico de prejuízo por ação é feito por meio da divisão do prejuízo do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

A tabela a seguir reconcilia o prejuízo e a média ponderada do número de ações utilizados para o cálculo do prejuízo básico e do prejuízo diluído por ação.

	<u>31.12.2020</u>	<u>31.12.2019</u>
<u>Básico/Diluído</u>		
Prejuízo do exercício	(14.715)	(56.111)
Número de ações durante exercício (*)	<u>1.432.019</u>	<u>1.393.064</u>
Prejuízo por ação	<u>(0,0103)</u>	<u>(0,0403)</u>

(*) Vide cálculo referente a média ponderada do número de ações:

<u>Data</u>	<u>Dias (evento e final do período)</u>	<u>%</u>	<u>Ações emitidas no ano</u>	<u>Saldo atual de ações</u>	<u>Média ponderada de ações</u>
<u>31.12.2019</u>	<u>300</u>	<u>82,19%</u>	<u>218.750.000</u>	<u>1.432.019.209</u>	<u>1.393.063.730</u>
<u>31.12.2020</u>	<u>366</u>	<u>100,00%</u>	<u>-</u>	<u>1.432.019.209</u>	<u>1.432.019.209</u>
			Média ponderada (em milhares)		<u>1.432.019</u>

Não há diferença entre prejuízo básico e prejuízo diluído por ação por não existir durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, instrumentos patrimoniais com efeitos dilutivos.

24. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

As operações com instrumentos financeiros da Sociedade estão reconhecidas nas informações contábeis, conforme quadro a seguir:

Notas Explicativas

	Nível	Mensuração (*)	31.12.2020		31.12.2019	
			Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Ativo						
Caixa e equivalentes de caixa	Nível2	1	10.962	10.962	7.344	7.344
Aplicações financeiras	Nível2	1	6.307	6.307	6.928	6.928
Contas a receber clientes	Nível2	2	23.044	23.044	16.144	16.144
Contas a receber - partes relacionadas	Nível2	2	989	989	2	2
Aplicações financeiras vinculadas	Nível2	1	31.212	31.212	28.742	28.742
Outros Créditos	Nível2	2	1.480	1.480	1.225	1.225
			<u>73.994</u>	<u>73.994</u>	<u>60.385</u>	<u>60.385</u>
Passivo						
Empréstimos e financiamentos (**)	Nível2	2	429.124	429.124	448.840	448.840
Empréstimos - Risco sacado	Nível2	2	2.073	2.073	3.245	3.245
Debêntures partes relacionadas	Nível2	2	930.464	930.464	1.291.815	1.291.815
Contas a pagar - partes relacionadas	Nível2	2	15.648	15.648	18.865	18.865
Fornecedores e cauções contratuais	Nível2	2	50.704	50.704	53.906	53.906
Taxa de fiscalização	Nível2	2	1.069	1.069	1.026	1.026
Outras contas a pagar	Nível2	2	9.609	9.609	10.959	10.959
Arrendamento mercantil a pagar (CPC 06 (R2))(***)	Nível2	2	20.841	20.841	23.741	23.741
			<u>2.103.648</u>	<u>2.103.648</u>	<u>1.852.397</u>	<u>1.852.397</u>

(*) Mensuração: 1) Mensurados a valor justo por meio de resultado 2) Custo amortizado

(**) Vide nota 12

(***) Não é escopo do CPC 48

Mensuração do valor justo

O Pronunciamento Técnico CPC 46 requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, da Sociedade usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Técnicas de mensuração do valor justo:

A Sociedade avaliou que o valor justo das contas a receber, contas a pagar a fornecedores e cauções contratuais e demais ativos e passivos circulantes são equivalentes a seus valores contábeis, principalmente aos vencimentos de curto prazo desses instrumentos.

O valor justo dos ativos a receber e passivos a pagar a longo prazo, tais como aplicações financeiras, aplicações financeiras vinculadas são avaliadas pela Sociedade com base em parâmetros tais como taxas de juros e fatores de risco. Com base nessa avaliação, o valor contábil desses ativos e passivos se aproximava de seu valor justo.

Os valores contábeis dos mútuos a pagar com partes relacionadas e empréstimos, por se tratar de instrumentos financeiros com características exclusivas, oriundos de fontes de financiamento específicas da Sociedade, consideram-se os valores contábeis desses instrumentos financeiros equivalentes aos valores justos.

Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos sujeitos a taxas pós-fixadas tais como TJLP e CDI aproximam-se dos seus valores justos uma vez que esses instrumentos estão sujeitos a taxas variáveis.

Já as debêntures, tiveram seus valores justos calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas, acrescidas dos *spreads* contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré-DI).

Notas Explicativas

Autopista Litoral Sul S.A.

25. GESTÃO DE RISCO

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Sociedade estão apresentados a seguir:

Riscos de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos da Sociedade ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

a) Exposição a riscos de taxas de juros

A Sociedade está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações da TJLP e do CDI, relativos a financiamentos, mútuos e debêntures em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Em 31 de dezembro de 2020, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e de 50% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de financiamentos, mútuos e debêntures com partes relacionadas, líquidos das aplicações financeiras.

Indicadores	Efeito no lucro antes da tributação - Aumento em pontos bases		
	Cenário I (provável)	Cenário II (+ 25%)	Cenário III (+50%)
CDI	3,00%	3,75%	4,50%
Receita de aplicações financeiras	1.137	1.421	1.705
Juros a incorrer - Mútuos e Debêntures privadas (*)	<u>(67.533)</u>	<u>(79.490)</u>	<u>(91.447)</u>
Juros a incorrer CDI líquido (*)	<u><u>(66.396)</u></u>	<u><u>(78.069)</u></u>	<u><u>(89.742)</u></u>
TJLP	4,55%	5,69%	6,83%
Juros a incorrer - BNDES (*)	<u>(30.266)</u>	<u>(35.316)</u>	<u>(40.366)</u>
Juros a incorrer TJLP líquido (*)	<u><u>(30.266)</u></u>	<u><u>(35.316)</u></u>	<u><u>(40.366)</u></u>
Juros a incorrer líquido	<u><u>(96.662)</u></u>	<u><u>(113.385)</u></u>	<u><u>(130.108)</u></u>

Fonte dos índices dos cenários apresentados: CDI relatório Focus de 4 de janeiro de 2021, disponibilizados no website do Banco Central do Brasil - BACEN. TJLP consulta de séries, disponibilizado no website do Banco Central do Brasil - BACEN.

(*) Refere-se ao cenário de juros a incorrer para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

b) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Sociedade incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Sociedade.

A exposição da Sociedade ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características da operação. Além disso, as receitas de pedágio se dão de forma bem distribuída durante todo o exercício societário, sendo os seus recebimentos por meio de pagamentos à vista ou por meio de pagamentos eletrônicos com garantias das suas administradoras de cobranças. Para os casos das receitas acessórias a Sociedade interrompe a prestação de serviços em casos de inadimplementos.

Em 31 de dezembro de 2020, a Sociedade apresenta valores a receber no montante de R\$21.381 (R\$15.173 em 31 de dezembro de 2019) das empresas CGMP – Centro de Gestão de Meios de Pagamentos S.A., Conectar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A. e Move Mais Meios de Pagamentos Ltda, decorrentes de

Notas Explicativas

receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio, registrados na rubrica “Contas a receber”.

A Sociedade possui cartas de fiança firmadas por instituições financeiras para garantir a arrecadação das contas a receber com as empresas administradoras do sistema eletrônico de pagamento de pedágio.

c) Risco de liquidez e gestão de capital

Risco de liquidez é o risco de que a Sociedade irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Sociedade na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Sociedade.

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora Arteris S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para as necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos.

A controladora Arteris S/A gerência o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A Sociedade administra o capital por meio do monitoramento dos níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e a cláusula contratual restritiva (covenants) previstos em contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures é monitorada regularmente para garantir que o contrato esteja sendo cumprido.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 o passivo circulante da Sociedade excedeu o ativo circulante em R\$205.529 (R\$195.689 em 31 de dezembro de 2019).

A Sociedade antecipa que quaisquer obrigações requeridas de pagamentos adicionais serão cumpridas com fluxos de caixa operacionais ou captações alternativas de recursos. A Sociedade tem acesso aos acionistas e planos de aumento de capital, se for necessário.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Sociedade e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada) efetiva % a.a.	2021	2022	2023	2024	2025 em diante	Total
BNDES Automático	8,50%	106.948	106.948	106.948	106.948	73.218	501.010
Capital de giro	17,18%	2.077	-	-	-	-	2.077
Arrendamento mercantil a pagar (CPC 06 (R2))	8,42%	6.843	5.630	4.214	4.169	3.947	24.803
Fornecedores e cauções contratuais	-	50.704	-	-	-	-	50.704
Fornecedores partes relacionadas	-	15.648	-	-	-	-	15.648
Outras contas a pagar	-	9.609	-	-	-	-	9.609
		<u>191.829</u>	<u>112.578</u>	<u>111.162</u>	<u>111.117</u>	<u>77.165</u>	<u>603.851</u>

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada) efetiva % a.a.	01.01 a 31.03.2021	01.04 a 30.06.2021	01.07 a 30.09.2021	01.10 a 31.12.2021	Total
BNDES Automático	8,50%	26.737	26.737	26.737	26.737	106.948
Capital de giro	17,18%	2.077	-	-	-	2.077
Arrendamento mercantil a pagar (CPC 06 (R2))	8,42%	1.711	1.711	1.711	1.711	6.843
Fornecedores e cauções contratuais	-	48.988	1.716	-	-	50.704
Fornecedores partes relacionadas	-	15.648	-	-	-	15.648
Outras contas a pagar	-	9.129	435	45	-	9.609
		<u>104.290</u>	<u>30.599</u>	<u>28.493</u>	<u>28.448</u>	<u>191.829</u>

Notas Explicativas

Autopista Litoral Sul S.A.

26. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

Os segmentos operacionais devem ser identificados com base nos relatórios internos a respeito dos componentes da Sociedade, regularmente revisados pela diretoria da Administração da Sociedade, principal tomador de decisões operacionais, para alocar recursos ao segmento e avaliar seu desempenho.

Como forma de gerenciar seus negócios tanto no âmbito financeiro como no operacional, a Sociedade classificou seus negócios como exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio.

A área geográfica de concessão da Sociedade é dentro do território brasileiro e as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias (clientes externos).

27. GARANTIAS E SEGUROS

A Sociedade, por força contratual, mantém regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução das funções de ampliação e conservação especial e das funções operacionais de conservação ordinária da malha rodoviária e o pagamento da parcela fixa do ônus da concessão, quando aplicável.

Adicionalmente, por força contratual e por política interna de gestão de riscos, a concessionária mantém vigentes apólices de seguros de riscos operacionais, de engenharia e de responsabilidade civil, para garantir a cobertura de danos decorrentes de riscos inerentes às suas atividades, tais como perda de receita, destruição total ou parcial das obras e dos bens que integram a concessão, além de danos materiais e corporais aos usuários. Todos de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza.

Em 31 de dezembro de 2020, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

Modalidade	Riscos cobertos	Limites de indenização
Todos os riscos	Riscos patrimoniais/perda de receita(*)	180.000
	Responsabilidade civil	20.000
Garantia	Garantia de execução do Contrato de Concessão	147.721

(*) Por sinistro.

Além dos seguros anteriormente mencionados, a Sociedade contratou apólices na modalidade Seguro Garantia Judicial referente a discussões judiciais proveniente de autos de infração da ANTT e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto. O valor dessa garantia em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019 foram de R\$67.562 e de R\$120.699, respectivamente.

28. EVENTOS SUBSEQUENTESCovid-19

A Sociedade está constantemente monitorando o cenário e os ambientes social, econômico e de negócios a fim de tomar as melhores medidas e trazer as melhores soluções diante da pandemia do Covid-19. Com a melhora observada nos últimos meses, os governos passaram a relaxar um pouco mais as restrições sanitárias e de circulação, fato que tem se comprovado com a melhora constante nos níveis de tráfego pedagiado, e conseqüentemente, diminuindo bastante os níveis de risco e incerteza, dado que a operação e a receita praticamente retornaram a patamares pré-pandemia.

Ainda assim, a Sociedade ressalta que as medidas de contenção ainda estão efetivas e em andamento, uma vez que o país ainda se encontra com estado de calamidade decretado, podendo ainda o ritmo de execução de obras e de serviços serem afetados em algum grau. Apesar disso, ressalta que continua envidando todos os esforços para manter o nível de serviços das operações nas rodovias administradas e que segue comprometida com a segurança de seus colaboradores bem como dos usuários das rodovias. Ressalta também que vem mantendo diálogo com as Agências Reguladoras visando garantir medidas conjuntas para minimizar os impactos na operação das rodovias administradas.

Notas Explicativas

Caso o cenário atual de melhora não se prove duradouro, ou caso se observe uma volta da intensidade da pandemia em uma 2ª onda e os efeitos restritivos voltem a se intensificar em patamares não previstos, a Sociedade detém capacidade de gerenciamento, tanto operacional, quanto financeira de seus negócios, dado todo o seu expertise no negócio, constantemente avaliando projeções de cenários, mantendo constante diálogo com os órgãos reguladores, além de acesso ao mercado de capitais e linhas de crédito bancário.

Não obstante aos efeitos da pandemia do COVID-19, a Sociedade continua monitorando os seus efeitos nos negócios nos meses subsequentes. Nesse sentido, de acordo com o acompanhamento diário de tráfego realizado Sociedade, foram comparados os períodos entre 01 a 31 de janeiro de 2021 contra o mesmo período de 2020. As receitas apresentaram aumento de 41,4%. Sendo um total de R\$49.263 em 2021 contra R\$34.836 de 2020.

A Sociedade observou impactos importantes frente às operações, entretanto, entende que não há nenhum risco para a continuidade dos negócios. A Administração permanecerá monitorando e mensurando os impactos decorrentes da pandemia, visando avaliar eventuais efeitos econômico-financeiros que possam impactar as condições financeiras e patrimoniais além de comprometer a continuidade do negócio, como forma de preservar a adequada prestação dos serviços aos usuários da rodovia.

Integralizações

Abaixo relação de recursos recebidos oriundos da liberação parcial da 8ª emissão de debêntures, respaldado pela ata constituída em 05 de novembro de 2020 referente a emissão de R\$105.000 debêntures:

<u>Data</u>	<u>Aprovação</u>	<u>Valor integralizado</u>
26/01/2021	AGE	40.150
05/02/2021	AGE	7.300
22/02/2021	AGE	5.700
		<u>53.150</u>

Abaixo a relação de integralizações de capital ocorridas na Sociedade:

<u>Data</u>	<u>Aprovação</u>	<u>Valor integralizado</u>
05/01/2021	AGE	8.200
21/01/2021	AGE	1.150
26/01/2021	AGE	21.350
		<u>30.700</u>

Pareceres E Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos Administradores e Acionistas da

Autopista Litoral Sul S.A.

São José dos Pinhais - PR

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Autopista Litoral Sul S.A. ("Sociedade") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Autopista Litoral Sul S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Redução ao valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros relacionados à concessão

Veja as notas explicativas 4.7 e 11 das demonstrações contábeis

Principais assuntos de auditoria

A Sociedade avaliou a existência de indicador de redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros, utilizou o cálculo do valor em uso para mensuração do valor recuperável.

A determinação do valor em uso da unidade geradora de caixa (UGC) é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontado a valor presente, cujo cálculo envolve premissas tais como: taxa de inflação esperada, período projetivo da concessão, preço da tarifa, quantidade de tráfego, taxa de desconto e taxa de crescimento do lucro antes dos impostos (EBT).

Consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria devido às incertezas relacionadas as premissas utilizadas para estimar o valor em uso da unidade geradora de caixa que possuem risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos das demonstrações contábeis.

Como auditoria endereçou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

- Avaliamos o desenho dos controles internos chave relacionados para a determinação dos valores em uso da UGC;

- Com o auxílio dos nossos especialistas em finanças corporativas:

(i) Avaliamos as principais premissas utilizadas para projeção dos fluxos de caixa futuros estimados, bem como sensibilização dessas principais premissas com base em: informações externas (dados disponíveis de mercado e dados históricos);

(ii) Recálculo dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente.

- Avaliação se as divulgações nas demonstrações contábeis consideram as informações relevantes.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos de auditoria acima resumidos, consideramos que são aceitáveis as estimativas sobre os valores em uso da UGC, bem como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos

Veja as notas explicativas 3(ii), 4.9 e 7 das demonstrações contábeis

Principais assuntos de auditoria

Em 31 de dezembro de 2020, a Sociedade possui reconhecido imposto de renda e contribuição social diferidos de base de prejuízo fiscal acumulado e base negativa de contribuição social nas suas demonstrações contábeis.

Esses prejuízos fiscais e base negativa devem ser reconhecidos na medida em que seja provável que estarão disponíveis lucros tributáveis futuros contra os quais os prejuízos fiscais e a base negativa possam ser utilizados.

As estimativas dos lucros tributáveis futuros são preparadas pela Sociedade com base em premissas tais como: taxa de inflação esperada, período projetivo da concessão, preço da tarifa, quantidade de tráfego, taxa de desconto e taxa de crescimento do lucro antes dos impostos (EBT).

Consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria devido às incertezas relacionadas as premissas utilizadas para estimar os lucros tributáveis futuros que possuem risco significativo de resultar em ajustes materiais nos saldos das demonstrações contábeis.

Como auditoria endereçou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

- A avaliação do desenho dos controles internos chaves relacionados com a preparação e revisão do plano de negócios, orçamentos e a estimativa do lucro tributável futuro disponibilizadas pela Sociedade.

- Com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas:

(i) Avaliamos as principais premissas utilizadas pela Sociedade para estimar os lucros tributáveis futuros para os quais os prejuízos fiscais e a base negativa possam ser utilizados;

(ii) Sensibilizamos essas premissas com base em informações externas, tais como dados disponíveis de mercado e dados históricos; e

(iii) Recalculamos as projeções dos lucros tributáveis futuros para a realização dos prejuízos fiscais e base negativa.

- Consideramos também se as divulgações nas demonstrações contábeis, quanto ao prazo estimado para utilização do crédito tributário registrado decorrente de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social consideram as informações relevantes.

Com base nas evidências obtidas, por meio dos procedimentos de auditoria acima sumariados, consideramos aceitáveis as premissas utilizadas para estimar os lucros tributáveis futuros contra os quais os prejuízos fiscais e a base negativa possam ser utilizados, assim como as respectivas divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaborada sob a responsabilidade da administração da Sociedade, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Sociedade. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente preparada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Auditoria das demonstrações contábeis do exercício anterior

O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações contábeis do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 20 de fevereiro de 2020, sem modificação. Os valores correspondentes relativos às demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foram submetidos aos mesmos procedimentos de auditoria por aqueles auditores independentes e, com base em seu exame, emitiram relatório sem modificação.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório dos auditores

A administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

– Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

– Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.

– Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

– Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manterem em continuidade operacional.

– Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela Administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Ribeirão Preto, 24 de fevereiro de 2021.

KPMG Auditores Independentes

CRC 2 SP-027666/F

Marcos Roberto Bassi

Contador CRC 1SP217348/O-5

Pareceres E Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

Não foi instalado conselho fiscal.

Pareceres E Declarações / Declaração Dos Diretores Sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração da Diretoria

Na qualidade de Diretores da Autopista Litoral Sul S.A., declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações contábeis referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Joinville, 24 de fevereiro de 2021.

Diretoria

Juan Gabriel Lopez Moreno

Diretor Econômico Financeiro/ Diretor de Relação com Investidores

Sergio Moniz Barretto Garcia

Diretor Executivo de Operações

Antonio Cesar Ribas Sass

Diretor de Operações

Giane Luza Zimmer Freitas

Diretora de Assuntos Regulatórios

Luiz Marcelo de Souza

Diretor de Manutenção

Pareceres E Declarações / Declaração Dos Diretores Sobre O Relatório do Auditor Independente

Declaração da Diretoria

Na qualidade de Diretores da Autopista Litoral Sul S.A., declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com o conteúdo e opinião expressos no parecer da KPMG Auditores Independentes.

Joinville, 24 de fevereiro de 2021.

Diretoria

Juan Gabriel Lopez Moreno

Diretor Econômico Financeiro/ Diretor de Relação com Investidores

Sergio Moniz Barretto Garcia

Diretor Executivo de Operações

Antonio Cesar Ribas Sass

Diretor de Operações

Giane Luza Zimmer Freitas

Diretora de Assuntos Regulatórios

Luiz Marcelo de Souza

Diretor de Manutenção